



Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Relatório de Atividades 2017





CFFC



Comissão de
Fiscalização Financeira
e Controle



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

INTRODUÇÃO	05
MESA DA COMISSÃO	09
COMPOSIÇÃO	13
DESTAQUE	21
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	23
PALESTRAS	57
VISITAS TÉCNICAS	59
REUNIÃO INSTITUCIONAL	65
EMENDAS AO ORÇAMENTO	67
SUBCOMISSÕES	69
CFFC - NÚMEROS E GESTÃO	71
EQUIPE DA CFFC	75

CÂMARA DOS DEPUTADOS

54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

Presidente Rodrigo Maia
1º Vice-Presidente Fábio Ramalho
2º Vice-Presidente André Fufuca

1º Secretário Giacobbo
2º Secretária Mariana Carvalho
3º Secretário JHC
4º Secretário Rômulo Gouveia

Suplentes:

1º Suplente Dagoberto Nogueira
2º Suplente César Halum
3º Suplente Pedro Uczai
4º Suplente Carlos Manato

Secretário-geral da Mesa
Wagner Soares Padilha

Diretor-Geral
Lucio Henrique Xavier Lopes

Diretor Legislativo
Afrísio Vieira Lima Filho

Diretora do Departamento de Comissões
Aparecida de Moura Andrade



CFFC

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

CFFC

2017 deve ser lembrado como o ano em que os trabalhos da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara buscaram dar mais efetividade ao cumprimento da prerrogativa, constitucionalmente imposta ao Congresso Nacional, de ser o titular na missão de fiscalizar a administração pública.

O artigo 70 da Constituição da República estabelece que: “A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

Ainda a título de ilustração, cita-se também parte do art. 71 da Carta Magna, segundo o qual “O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União...” (grifos nossos).

A fim de cumprir as diretrizes traçadas para o período, no sentido de dar mais eficácia ao mandamento da lei maior do país, duas foram as ações engendradas no mandato correspondente ao ano legislativo de 2017.

Uma delas, de natureza política, foi a convocação dos titulares dos ministérios do poder executivo para prestarem contas dos planos e das ações das respectivas pastas. Ao longo do ano, 13 ministros de estado participaram de audiências públicas da CFFC, para, além de expor os planos de trabalho, responderem a eventuais questionamentos dos parlamentares.

A outra, de cunho técnico, foi a edição da Resolução n.º 25/2017, que cria, como instrumentos de acompanhamento de gestão, o Plano e o Relatório Anual de Fiscalização e Controle. A norma, agora inscrita no Regimento Interno da Câmara, dá forma e cria os meios necessários para que a CFFC assum

de fato, seu relevante papel fiscalizador.

Além das duas ações implementadas pioneiramente, como não poderia deixar de ser, foi dada continuidade ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido ao longo dos 22 anos de existência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Ao longo da sessão legislativa, a comissão deliberou sobre 109 Propostas de Fiscalização e Controle, realizou 27 reuniões deliberativas e 32 reuniões de audiências públicas.

A CFFC ainda inovou, realizando a primeira visita técnica de intercâmbio internacional da história da comissão (Controladoria do Reino Unido), tendo ainda mais duas visitas desta categoria aprovadas por seus membros. Foram também reinstaladas as três subcomissões criadas em 2016, além de criadas mais duas novas subcomissões e dois grupos de trabalho.

Isso tudo num ano marcado por turbulências políticas, incluindo a votação de duas denúncias contra o Presidente da República, e o debate de importantes reformas, como a trabalhista e a da previdência, eventos que, por mobilizar as atenções dos parlamentares, acabam por dificultar o regular andamento do trabalho das comissões permanentes.

Para o futuro da CFFC, impõe-se manutenção das diretrizes traçadas, para que o colegiado possa, cada vez mais, exercer sua missão fiscalizadora. A implementação dos planos traçados na Resolução n.º 25/2017 deve ser o grande desafio para o próximo ano e seguintes. Além, é claro, da manutenção das demais relevantes atividades da Comissão.

Wilson Filho - Presidente da CFFC



Wilson Filho
Presidente CFFC

ATRIBUIÇÕES

CFFC

Entre as competências das vinte e cinco Comissões Permanentes instituídas na Câmara dos Deputados, destaca-se o papel de fiscais da gestão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da União, e também das entidades da administração direta e indireta, realizado de forma conjunta com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) – conforme art. 24, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Essa fiscalização se dá sempre no âmbito de pertinência temática afeto a cada comissão.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), entretanto, possui competência fiscalizatória mais ampla e independente de pertinência temática, tendo sido instituída a partir da aprovação da Resolução nº 77/1995, de forma a dedicar-se mais efetivamente ao relacionamento com o Tribunal de Contas da União (TCU) e à fiscalização da Administração Pública, visto que os trabalhos das demais comissões permanentes, tipicamente, não se concentram na deliberação de Propostas de Fiscalização e Controle (PFC). Em sua atuação, a CFFC ainda dispõe de outros três principais instrumentos que reforçam o caráter fiscalizatório da comissão: os Requerimentos de Informação, as Audiências Públicas e as Representações.

Diante de indícios de irregularidades, a Comissão vale-se desses instrumentos para realizar auditorias, diligências, requisitar relatórios, balanços e informações sobre contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da Administração Federal.

A PFC é um eficiente meio de fiscalização colocado a serviço da CFFC e é também utilizada, em pequena escala, pelas demais Comissões técnicas da Câmara dos Deputados (art. 61, do RICD). Pode ser apresentada por qualquer deputado à Comissão e o requisito preliminar para sua apresentação é a

indicação de fato determinado a ser fiscalizado e a justificativa para providência solicitada. Caso aprovado o parecer pela implementação da medida, é expedido ofício ao TCU, o órgão auxiliar de controle, que irá proceder às providências cabíveis quanto ao objeto fiscalizado. As PFCs podem ser também oriundas de denúncias apresentadas pelos cidadãos, sendo apresentadas pelo processo legislativo ordinário.





MESA DA COMISSÃO



DEPUTADO WILSON FILHO
PRESIDENTE DA CFFC



DEPUTADO ZECA CAVALCANTI
1º VICE-PRESIDENTE DA CFFC

MISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
CONTROLE

participar! Acesse: bit.ly/...

son Filho

Zeca Cavalcanti
1º Vice-Presidente

**DEPUTADO FELIPE BORNIER
2º VICE-PRESIDENTE DA CFFC**





CFFC

COMPOSIÇÃO



MEMBROS TITULARES

CFFC



WILSON FILHO
PTB - PB



ZECA CAVALCANTI
PTB - PE



FELIPE BORNIER
PROS - RJ



ALBERTO FILHO
MDB - MA



ALUISIO MENDES
PODE - MA



ANÍBAL GOMES
MDB - CE



CACA LEÃO
PP - BA



EFRAIM FILHO
DEM - PB



HUGO MOTTA
MDB - PB



JOÃO ARRUDA
MDB - PR



JULIÃO AMIN
PDT - MA



PADRE JOÃO
PT - MG



PAULO PIMENTA
PT - RS



TEREZA CRISTINA
S.PART/MS



VICTOR MENDES
PSD/MA



VINICIUS GURGEL
PR - AP



VITOR VALIM
MDB - CE



WELLINGTON ROBERTO
PR - PB

MEMBROS SUPLENTE

CFFC



ADELMO CARNEIRO LEÃO
PT - MG



ALFREDO KAEFER
PSL - PR



ANDRÉ AMARAL
MDB - PB



DELEGADO WALDIR
PR - GO



DELEY
PTB - RJ



FERNANDO MONTEIRO
PP - PE



HEULER CRUVINEL
PSD - GO



HILDO ROCHA
MDB - MA



IZALCI LUCAS
PSDB - DF



JORGE SOLLA
PT - BA



LEO DE BRITO
PT - AC



LINDOMAR GARÇON
PRB - RO



LUIZ CLÁUDIO
PR - RO



NELSON MARQUEZELLI
PTB - SP



NILTON CAPIXABA
PTB - RO



ODORICO MONTEIRO
PSB - CE



PAULO FEIJÓ
PR - RJ



SOSTENES CAVALCANTE
DEM - RJ

MEMBROS SUPLENTE

CFFC



VALTENIR PEREIRA
PSB - MT



WALDIR MARANHÃO
AVANTE - MA



WLADMIR COSTA
SD - PA



ZECA DIRCEU
PT - PR



CFFC

DESTAQUE



2017: Expansão no papel fiscalizador do Legislativo

A Resolução nº 25/2017 e a criação de instrumentos de acompanhamento de gestão – PAFC e RAFC



Dep. Valtener Pereira, Dep. Nelson Marquezelli, Ministro Presidente do TCU Rainundo Carreiro, Dep. Hugo Motta, Dep. Wilson Filho, Dep. Izalci Lucas, Dep. Lindomar Garçon e o Dep. Nilton Capixaba

O ano de 2017 definitivamente foi um marco para a expansão do papel fiscalizador da Câmara, com expansão das competências regimentais da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Partindo, primeiramente, da necessidade de se estreitar as atuações do órgão titular do controle externo, o Congresso Nacional, com seu auxiliar, o Tribunal de Contas da União (TCU), foram realizados diversos encontros entre servidores de ambas instituições, com objetivo de se criar instrumentos que ampliassem a participação da Câmara na fiscalização e controle dos atos da administração pública. Atualmente, menos de 10% das ações de fiscalização do TCU partem da iniciativa do Poder Legislativo.

Neste contexto, e seguindo as diretrizes estabelecidas pelo presidente da comissão, Deputado Wilson Filho, foi elaborado um projeto corporativo concebido conjuntamente pelos servidores da comissão e em cooperação com outros órgãos desta Casa, como o Departamento de Comissões (DECOM), a Diretoria Legislativa (DILEG) e a Assessoria de Projetos e Gestão (APROGE). Este projeto resultou na criação de dois instrumentos de planejamento e monitoramento de gestão: o Plano Anual de Fiscalização e Controle (PAFC) e o Relatório Anual de Fiscalização e Controle (RAFC). Os instrumentos vão impulsionar a atuação fiscalizadora da CFFC e contribuir para que a comissão participe ainda mais do papel esperado do

Poder Legislativo no controle dos atos do Poder Executivo, preenchendo, mesmo que em parte, a lacuna ainda existente na atuação do Congresso como titular do controle externo.

Tal Resolução aprovada sob minha presidência é um marco na história da fiscalização e controle da Câmara dos Deputados, pois cria dois instrumentos fundamentais ao planejamento e acompanhamento sistemático das fiscalizações feitas por esta Casa. Permitirá, também, que a Câmara tenha um olhar mais próximo e assertivo acerca da gestão das políticas públicas governamentais, estando apta a contribuir com sugestões de melhoria e evitar a repetição de erros que levam a males muito bem conhecidos, explicou o deputado Wilson Filho.

O PAFC é um plano de atuação da CFFC a ser elaborado conjuntamente com o Tribunal de Contas da União, de forma a selecionar programas e ações do governo federal que serão objeto de instrumentos legislativos de fiscalização ao longo de uma Sessão Legislativa – a exemplo das Propostas de Fiscalização e Controle (PFCs) e das visitas técnicas de parlamentares in loco acompanhadas por servidores do TCU. Os resultados destas ações fiscalizatórias farão parte do RAFC, que será elaborado ao final da sessão legislativa e é instrumento de monitoramento e garantia de um acompanhamento contínuo dos objetos fiscalizados ao longo da Legislatura. Este acompanhamento irá garantir uma atuação não apenas com foco em apontar irregularidades, mas observando a eficiência da gestão e evitando possíveis erros. As ações do PAFC vão se somar às demais PFCs apresentadas pelos Deputados e sujeitas a deliberação na comissão, aos Requerimentos de Informação, às Audiências Públicas, aos Seminários e a outras tradicionais atribuições da comissão.

Com o objetivo de tornar estes instrumentos



deputado Nelson Marquezelli. relator do Projeto de Resolução n° 294/2017

perenes, em reunião deliberativa ordinária realizada em 22/11/2017, foi aprovado pela comissão o requerimento n° 472/2017, encaminhando à Mesa Diretora da Casa o Projeto de Resolução n° 294/2017. A resolução trazia o PAFC e o RAFC para o texto do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Após ser aprovado requerimento de urgência, em 30/11/2017, a proposição recebeu pareceres favoráveis do relator em plenário pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Dep. Nelson Marquezelli, sendo aprovada por unanimidade em 07/12/2017, dando origem à Resolução da Câmara dos Deputados n° 25/2017.

O primeiro PAFC será elaborado já no início de 2018, para ser aprovado pelos membros da comissão em até cinco sessões contadas a partir da reinstalação da comissão. Já o RAFC deve ser aprovado até o fim da Sessão Legislativa, conforme o art. 3° da Resolução n° 25/2017, e será encaminhado ao TCU e ao órgão de controle interno do Poder Executivo.



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

No âmbito de sua atuação, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara tem o dever de promover o debate e a circulação de ideias, até mesmo para melhor compreender as circunstâncias e pormenores se municiar de informações acerca dos temas tratados. Audiências públicas, palestras e reuniões são as ações desenvolvidas no cumprimento dessa função parlamentar, de discussão e produção de conhecimento.

O ano de 2017 foi marcado, como já dito, pela presença de significativo número de ministros de estado nas audiências da CFFC e também pelo presidente do Banco Central. Essas audiências serão retratadas, num primeiro momento, neste relatório, por meio de matérias produzidas pela Agência Câmara Notícias e pela equipe da Comissão. Na sequência, as outras audiências e outros encontros vão ser mostrados de forma de relatos resumidos.

Dentre os temas discutidos em 2017, apontam-se o desvio de dinheiro em obras de escolas no Paraná, a situação do sistema prisional brasileiro, a concessão da BR-040 e as obras de implantação da BR 226. E, ainda, Operação Carne Fraca, moedas digitais, passagens aéreas e cobrança de tarifas de bagagens, uso de recursos públicos na exposição Queermuseu em Porto Alegre, educação no campo, extinção de reserva na Amazônia, privatização da Eletrobras e Lei Rouanet. Esses assuntos foram amplamente discutidos e analisados pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em reuniões abertas, com a participação de destacados atores envolvidos nos processos atinentes às respectivas questões em debate.

O cidadão e a sociedade civil organizada ganhou, em 2017, mais um espaço de discussão no parlamento. As audiências públicas passaram a ser mostradas ao vivo no portal e-Democracia e na página da CFFC no Facebook. Com isso, começaram a contar também com o recurso da interatividade, o que proporciona a participação em tempo real da população e de grupos interessados, que, agora, podem fazer perguntas e opinar por meio da internet. A implementação da ferramenta digital permite a ampliação da participação social no processo legislativo e aproxima o cidadão eleitor de seu representante na Câmara dos Deputados.





1141



Plenário
Autado Dr. Pinotti

EDILENE LOBO

Wilson Filho

LILIANE RESENDE

FELICIANA SALDANHA

HELENA CERQUEIRA

Ministro defende gestão informatizada para melhorar uso de recursos na saúde



Ministro Ricardo Barros (Saúde)

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse nesta quarta-feira (05/04) aos deputados das comissões de Seguridade Social e Família; e de Fiscalização Financeira e Controle que é possível usar melhor 20% dos recursos do sistema de saúde, ou R\$ 50 bilhões, com a informatização da gestão. Ele defendeu a ideia de que a falta de recursos para o setor não é generalizada, e que os governos têm de gastar melhor o que já têm.

A informatização, afirmou o ministro, vai possibilitar o pagamento de serviços efetivamente pres-

tados, fiscalizando melhor a produtividade dos médicos do Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo. Segundo ele, tem havido uma grande resistência ao cumprimento da carga horária.

“Os pacientes não comparecem a 30% das consultas marcadas, e 80% dos exames radiológicos pedidos têm resultado normal”, acrescentou Barros, ao mencionar outros exemplos de mal-uso dos recursos.

Limites do SUS

Barros informou que aguarda uma decisão fa-

vorável do Supremo Tribunal Federal (STF) ao argumento de que o atendimento da população tem limites. Isso deverá acontecer com o julgamento de duas ações, uma delas sobre a disponibilização de medicamentos de alto custo.

“Espero que o Supremo decida que o SUS tem uma tarefa finita, possível. Temos de trabalhar com os recursos que possuímos. Não farei campanha dentro do governo contra a área econômica, pedindo mais dinheiro para a saúde”, declarou.

Deputados comentam

Vários deputados da base do governo elogiaram o que chamaram de “pragmatismo” do ministro e, em especial, o atendimento personalizado que ele estaria dando aos parlamentares. “Vossa Excelência está resolvendo entraves burocráticos antigos, que paralisavam obras importantes para a saúde brasileira”, comentou Wilson Filho (PTB-PB).

Conforme o ministro, a execução de emendas individuais subiu de 31,6% em 2015 para quase 80% em 2016.

Pelo lado da oposição, porém, o deputado Chico D’Angelo (PT-RJ) discordou da opinião de Barros e afirmou que o maior problema da área de saúde está, sim, na falta de recursos. “O senhor é o primeiro ministro da Saúde que diz que o SUS não precisa de mais verbas, uma lógica completamente na contramão dos seus antecessores”, apontou.

Segundo Barros, em seus 300 dias de governo, já conseguiu economizar R\$ 2,9 bilhões com o que ele chamou de “desaparelhamento” do ministério e outras medidas de gestão.

Repasso simplificado

O ministro pediu aos parlamentares apoio para um projeto de lei ou medida provisória que deverá ser encaminhado (a) ao Congresso pelo Executivo no sentido de simplificar o repasse de recursos do SUS

a estados e municípios.

Barros também disse que deverá ser proposto ao Congresso uma legislação que permita aos pais registrarem seus filhos no local onde eles nasceram ou no local onde moram. “Isso porque muitos municípios não têm maternidade”, explicou o ministro.

Credenciamentos

Questionado a respeito da necessidade de ampliação dos credenciamentos para serviços de alta e média complexidade, Barros destacou que o déficit do setor é hoje superior a R\$ 3 bilhões e, portanto, não haverá novos credenciamentos até o final do ano. Com relação ao programa Farmácia Popular, Barros explicou aos parlamentares que a iniciativa está passando por uma avaliação pois foram descobertas fraudes, como receitas utilizadas várias vezes. Segundo ele, a população não ficará sem atendimento porque, onde não houver farmácia do governo ou farmácia privada que faça parte do programa, o cidadão poderá buscar o remédio no posto de saúde.

Febre amarela

Sobre o problema da febre amarela, o ministro informou que o governo ainda está avaliando a possibilidade de fracionar a vacina em cinco doses, a fim de ampliar a cobertura imediatamente.



CFFC

Satélite brasileiro ajudará no combate a crime organizado, diz ministro Gilberto Kassab



Ministro Gilberto Kassab (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações)

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, disse nesta quarta-feira (10/05), em audiência na Câmara, que o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, lançado recentemente pelo Brasil, ajudará a combater o crime organizado, pois vai monitorar as fronteiras com os países vizinhos.

Em audiência pública, Kassab afirmou que a educação também será beneficiada, já que o satélite ampliará a oferta de internet banda larga em escolas de todo o País.

O lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas foi tema de audiência promovida pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle atendendo a requerimento apresentado pelo deputado Wilson Filho (PTB-PB).

Durante a reunião, o ministro disse ainda que o Brasil precisa se preparar para a construção de novas tecnologias “para que as nossas políticas públicas, que devem ser atendidas pelo governo, tenham capacidade de viabilizar esse objetivo”.

Investimentos

O primeiro satélite geoestacionário brasileiro será usado para fins civis e militares. O programa foi adquirido pela Telebras em uma parceria entre os ministérios da Ciência e Tecnologia e da Defesa. Foram investidos cerca de R\$ 2,7 bilhões no projeto

O presidente da Telebras, Antônio Loss Leite, classificou o lançamento como uma tecnologia de altíssima ponta. “Agora, nossos mais de cem técnicos passarão fazer o total controle desse satélite”, explicou.

Ministro da Educação descarta alunos de graduação no Ciência sem Fronteiras



Ministro Mendonça Filho (Educação)

As comissões de Educação e de Fiscalização Financeira e Controle realizaram nesta quarta-feira (17/05) uma audiência pública com o ministro da Educação, Mendonça Filho. Ele apresentou as diretrizes e prioridades para este ano. O programa Ciência sem Fronteiras permanecerá com foco apenas na pós-graduação, com 5 mil bolsas em 2017.

Durante a audiência conjunta na Câmara, Mendonça Filho disse que, ao assumir no ano passado, o Ministério da Educação estava em situação difícil. “Encontramos orçamento zero para matrículas no Pronatec [Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego], e as dívidas acumuladas somavam, no dia 13 de maio de 2016, R\$ 600 milhões”, disse.

Segundo o ministro, além da falta de repasses a entidades parceiras do Pronatec, o governo Dilma Rousseff não conseguiu atingir a meta de 2 milhões de matrículas no programa. “Ficou só na promessa mesmo”, afirmou.

Graduação no exterior

Mendonça Filho dedicou um tempo maior de sua apresentação para o programa Ciência sem Fronteiras, de bolsas de estudo no exterior para estudantes de graduação e pós-graduação. O último edital para a graduação foi lançado em 2014, e há cerca de 4 mil bolsistas remanescentes, somando os estudantes no exterior e os visitantes no Brasil.

Segundo o ministro, o governo Dilma acabou com o Ciência sem Fronteiras para alunos da graduação. “O último grande bloco foi em 2014. Essa última edição envolveu R\$ 3,7 bilhões para atender 35 mil alunos. O custo foi superior a R\$ 105 mil por aluno em um ano”, disse.

CFFC

“O programa [para a graduação] foi suspenso pelo governo do PT, nós tomamos a decisão de não levar adiante”, ressaltou Mendonça Filho. Ele ainda comparou as despesas per capita do Ciência sem Fronteiras com o programa de merenda escolar, que tem custo médio por aluno em torno de R\$ 90 e beneficia 41 milhões de estudantes.

O deputado Pedro Uczai (PT-SC) criticou as colocações de Mendonça Filho. “Não esperava que um ministro se rebaixasse a tal grau. Pegou 2015 e 2016, dois anos em que sabotaram o governo Dilma, e falou em queda nos investimentos”, disse.

Uczai lembrou ainda ações dos governos Lula e Dilma na expansão de universidades e institutos federais, na oferta de crédito para estudantes do ensino superior e em medidas para estímulo à alfabetização e em favor do ensino médio.



Deputado Wilson Filho, Presidente da CFFC

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, deputado Wilson Filho (PTB-PB), aprovou o resultado do debate. “A ideia inicialmente foi avaliar o último ano de gestão no ministério. Educação é o grande pilar da mudança de que o Brasil precisa.”

Cartilha do TCU

Durante a audiência pública, o ministro Raimundo Carreiro, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), lançou a “Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar”. Ele disse que a publicação aponta deficiências do programa, mas indica soluções.

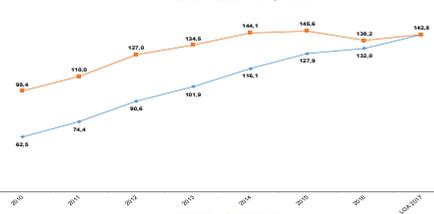


Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do TCU

“A primeira deficiência é falta de planejamento. Outras são as condições higiênico-sanitárias das escolas, a falta de apoio de estados e municípios aos conselheiros e o próprio despreparo dos conselheiros”, afirmou. A cartilha recomenda que sejam dadas condições para que os conselheiros exerçam o seu papel.

Evolução do Orçamento

2010 a 2017 em R\$ bilhão



Orçamento da administração direta e indireta, Inclui Funl e Cota para as Sésites Educacionais.
Fonte: Ministério da Educação.
*Dados atualizados até o dia 08/05/2017.
**Valores atualizados com o estimativa do IPCA, índice de 2017.

Dívidas com a Previdência equivalem ao triplo do deficit previdenciário, destaca deputado



Deputado Wilson Filho, Presidente da CFFC

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Wilson Filho (PTB-PB), destacou, nesta quarta-feira (30/08), que as dívidas de empresas com a Previdência Social são equivalentes a três vezes o valor do deficit do Regime Geral da Previdência Social em 2016.

“Se nós tivéssemos êxito na cobrança das dívidas, nós teríamos uma carga bem menos pesada para a população brasileira pelo menos em curto prazo, mesmo que não resolvesse o problema definitivamente”, disse, em debate na comissão sobre o montante do deficit e sobre as dívidas de teor previdenciário. “É isto que a população não entende: a reforma da Previdência causaria maiores dificuldades para a população, e ninguém sabe o que está sendo feito para cobrar das empresas”, completou.

No debate, o procurador-geral-adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS da Procura-

doria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Cristiano Morais, explicou que os débitos com a Previdência acumulam cerca de R\$ 420 bilhões. Já o secretário da Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, salientou que, em 2016, o déficit do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) foi de R\$ 151,9 bilhões – equivalente a 2,4 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB).

Crítica aos Refis

De acordo com Cristiano Morais, do total de R\$ 420 bilhões em dívidas com a Previdência, apenas 42% (R\$ 175 bilhões) são considerados recuperáveis; enquanto os outros 58% (R\$ 245 bilhões) têm perspectiva baixa de recuperação ou são irrecuperáveis, já que se trata de empresas inativas ou sem patrimônio.

O procurador salientou ainda que os reiterados programas especiais de parcelamento de dívidas (Refis) aprovados pelo Congresso têm efeito “nefasto” na arrecadação. “Esse benefício fiscal permite que esses grandes devedores façam uma rolagem da sua dívida”, apontou. “Nos Refis que foram instituídos de 2000 até aqui, uma série de contribuintes saem de programa em programa sem pagar a dívida, e são justamente os grandes devedores”, completou. Conforme ele, existem 17 milhões de empresas em atividade, sendo que apenas 15% são devedoras da Previdência. “Uma minoria deve, mas há grande concentração da dívida”, afirmou.

Ainda segundo o procurador, a PGFN recuperou apenas R\$ 22 bilhões entre 2010 e 2016. As ações da procuradoria para recuperar créditos da União incluiriam diligências em massa para busca de bens;



protesto extrajudicial; acompanhamento minucioso dos grandes devedores; e criação de grupo especial de combate a fraudes estruturadas.

Deficit estrutural

Já Marcelo Caetano ressaltou que o deficit não é uma questão conjuntural. “Existe uma evolução histórica do déficit, e há uma tendência de crescimento estrutural”, disse. Segundo ele, desde 1995 há deficit no Regime Geral da Previdência Social. Naquele ano, o deficit era de R\$ 1 bilhão, diante de arrecadação de R\$ 137 bilhões, e despesa de R\$ 138 bilhões. Já em 2016, a despesa do RGPS foi de R\$ 515,9 bilhões, e a arrecadação, de R\$ 364 bilhões.

De acordo com o secretário da Previdência, a situação se replica nos regimes próprios dos servidores. Em 2016, o deficit foi de R\$ 155,7 bilhões, somado o resultado da União (deficit de R\$ 77,2 bilhões), de estados e do Distrito Federal (deficit de R\$ 89,6 bilhões) e de municípios (superavit de R\$ 11,1 bilhões).

O secretário acrescentou que de toda a riqueza produzida no País em 2016 (PIB), 13,1% foi destinado a pagamentos previdenciários, e a tendência é que essa percentagem cresça ao longo do tempo, devido ao processo de envelhecimento populacional muito acelerado no País. Diante desse quadro, ele defendeu a reforma da Previdência. “Quanto mais postergamos a reforma, mais intensa ela terá que ser”, afirmou.

Já aprovada em comissão especial, a proposta de reforma da Previdência aguarda análise pelo Plenário da Câmara, onde precisa do aval de, no mínimo, 308 dos 513 deputados, em dois turnos de votação. A reforma prevê, entre outros pontos, idades mínimas de aposentadoria de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens, e aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos.

Ministro responde questionamentos sobre extinção de reserva na Amazônia e privatização da Eletrobras

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, participou de audiência realizada pelas comissões de Minas e Energia; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Defesa do Consumidor; de Integração Nacional; de Desenvolvimento Econômico; e de Fiscalização Financeira e Controle, para debater sobre o processo de venda da Eletrobras.

Durante o debate, o ministro apresentou como justificativas para a venda da estatal, o elevado endividamento, o atraso na expansão da geração de energia e os prejuízos acumulados com a redução das tarifas de energia elétrica em 2012.

Fernando Coelho detalhou o modelo de privatização, que, segundo ele, dará maior eficiência e competitividade à empresa.

Durante a audiência, o ministro esclareceu os questionamentos dos deputados Leonardo Quintão,

preocupado com o destino de Furnas, a maior empresa geradora do sistema Eletrobras, que, segundo ele, é uma empresa superavitária; Danilo Cabral, sobre o futuro da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), e da deputada Jandira Feghali que criticou o governo por colocar a estatal à venda para cobrir rombo fiscal.

Deputados também disseram haver risco de desnacionalização do setor elétrico nacional, com a venda da Eletrobras por valor baixo (cerca de R\$ 20 bilhões, quando o real valor estaria próximo a R\$ 400 bilhões), e de descontinuidade de programas sociais, como o Luz para Todos.

Fernando Coelho deu mais detalhes do modelo de privatização pretendido e disse que será preservada a soberania energética.



Ministro Fernando Coelho (Minas e Energia)

Ministro diz que nova proposta orçamentária deverá elevar recursos para área social

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que a nova proposta orçamentária de 2018, que chegará nos próximos dias ao Congresso Nacional, deverá ampliar os recursos para áreas sociais.

A primeira versão do projeto, enviada em agosto, reduziu a dotação para setores como assistência social, agricultura familiar e habitação popular.

Oliveira respondeu a questionamentos de deputados em audiência pública promovida pelas comissões de Fiscalização Financeira e Controle; Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

“Nós tivemos que enviar uma proposta orçamentária incompleta, uma vez que o projeto de alteração da meta fiscal para 2018 não havia sido aprovado em tempo”, disse Oliveira. “E em virtude disso, tivemos que eliminar aquilo que não era despesa obrigatória do texto. Então, o projeto veio só com as despesas obrigatórias.”

A proposta orçamentária chegou no final de agosto e a nova meta fiscal de 2018 só foi aprovada pelo Congresso em setembro. O projeto elevou a meta de deficit primário do governo federal de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões. A nova proposta, que chegará por meio de uma mensagem modificativa, incorpora essa meta.

A diferença de R\$ 30 bilhões é o número em torno do qual vai girar o aumento da despesa para 2018. O número pode ser até maior se o governo levar à frente propostas de ampliação da receita já anunciadas, como o aumento da contribuição dos servidores públicos para o regime de Previdência.

Dyogo Oliveira fez uma defesa da agenda econômica do governo Temer. Segundo ele, o País saiu da recessão e iniciou um processo de retomada do crescimento econômico saudável, baseado em reformas. “O processo de retomada da economia está baseado em fundações sólidas, e não em incentivos temporários ou aditivos econômicos”, disse.

Ele apontou o ajuste fiscal como o maior desafio e defendeu a aprovação da reforma da Previdência, em discussão na Câmara, como condição para manter o crescimento sustentável. O ministro afirmou que o deficit do sistema este ano, incluindo as previdências do setor público e privado, deve chegar a R\$ 260 bilhões.

O deputado Mauro Pereira (PMDB-RS) elogiou a atuação de Oliveira e a agenda de reformas do governo. “Apesar de tudo o que está acontecendo politicamente, o Brasil está indo para frente, está indo nos trilhos, baseado na confiança, em especial do setor produtivo”, disse.

Já o deputado Edmilson Rodrigues (Psol-PA) contestou a afirmação de que o governo está comprometido com o ajuste fiscal. Para ele, a aprovação da medida provisória que refinancia dívidas de pessoas físicas e empresas com a União (MP 783/17), ocorrida na noite de terça-feira (3), no Plenário da Câmara, com apoio da base governista, vai contra a ideia de ajuste.

Ao beneficiar diversos setores, a versão aprovada reduz a previsão de arrecadação do governo com o novo Refis. “Fala-se em responsabilidade fiscal aqui, e ontem nós vimos uma festa com o dinheiro público”, afirmou o deputado.



Ministro Dyogo Oliveira (Planejamento), Deputado Wilson Filho e demais membros da CFFC

Ministro diz que novos contratos de trabalho vão gerar 2 milhões de empregos

O Brasil poderá gerar dois milhões de empregos, nos próximos dois anos, com o trabalho intermitente, a jornada parcial e a remuneração por produtividade. A afirmação foi feita nesta terça-feira (10/10) na Câmara dos Deputados pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, em audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

As três modalidades de contrato foram criadas pela recente reforma trabalhista (Lei 13.467/17) e objetivam reduzir o custo de contratação de mão de obra. A norma foi publicada em julho e deve entrar em vigor em novembro.

O contrato intermitente permite que o trabalhador seja pago pelo período trabalhado, alternando períodos de prestação de serviços e de inatividade. O contrato de trabalho por tempo parcial possibilita uma jornada de até 30 horas semanais, sem horas extras, ou de 26 horas semanais, com até seis horas extras. Já a remuneração por produtividade autoriza empregadores e empregados a negociar um salário abaixo do piso da categoria ou do salário mínimo.

Para o ministro, essas mudanças, além de modernizar a legislação trabalhista, vão estimular os agentes econômicos a investir, trazendo benefícios para os trabalhadores. Ele afirmou que, mesmo ainda não tendo entrado em vigor, a reforma já foi capaz de melhorar a confiança do mercado na economia.

“Estamos gerando uma média de 30 mil postos de trabalho por mês”, disse Nogueira. Segundo o ministro, a criação de postos de trabalho neste ano reverteu o movimento que perdurou entre 2014 e 2016, quando o País perdeu, em média, 100 mil postos por mês.

O otimismo do ministro foi criticado pelo deputado Jorge Solla (PT-BA). Para ele, as mudanças trabalhistas aprovadas pelo Congresso vão precarizar o mercado de trabalho. “Não acredito que tornar a contratação da força

de trabalho mais barata gerará mais emprego. O histórico de outros países é muito contundente. O trabalho intermitente representa o esfacelamento total da segurança do trabalhador”, argumentou.

Medida provisória

O ministro falou que ainda não há previsão de envio, para o Congresso Nacional, da medida provisória que vai alterar pontos da reforma trabalhista. O encaminhamento de uma MP abrindo pontos da lei foi negociado pelo governo com o Senado, em julho, como condição para que o projeto fosse aprovado pelos senadores sem modificações.

Nogueira também afirmou que o governo ainda estuda a criação da contribuição que vai substituir o imposto sindical, que deixou de ser obrigatório com a reforma trabalhista. A medida tem apoio das centrais sindicais do País. “O que nós estamos avaliando é uma contribuição para subsidiar as despesas da convenção coletivas, que é a contribuição dos acordos coletivos. Não tem data ainda. Nós pretendemos o quanto antes concluir o texto”, comentou.

Audiências

O debate com Ronaldo Nogueira integra um conjunto de audiências públicas que a Comissão de Fiscalização Financeira vem fazendo neste ano com ministros do governo Michel Temer.

Os ministros vêm falar sobre os projetos das suas pastas. Já foram ouvidos os titulares dos ministérios da Saúde (Ricardo Barros); Educação (Mendonça Filho); Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Gilberto Kassab); Minas e Energia (Fernando Coelho Filho) e Planejamento (Dyogo Oliveira).

O presidente da comissão, deputado Wilson Filho (PTB-PB), informou que na próxima semana será ouvido o ministro da fazenda, Henrique Meirelles.



Ministro Ronaldo Nogueira (Trabalho e Emprego), deputado Wilson Filho e os membros da CFFC

CFFC

Ministro da Agricultura diz que mercado de exportação está recuperado após Operação Carne Fraca



Deputado Wilson Filho, Ministro Blairo Maggi (Agricultura) e deputado Alfredo Kaefer

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, afirmou, nesta terça-feira (31/10), que o mercado de exportação de carne já está recuperado após a Operação Carne Fraca.

Ele participou de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, sobre as medidas adotadas pelo ministério após o desdobramento da operação.

38 Deflagrada pela Polícia Federal em março deste ano, a Operação Carne Fraca buscou desarticular esque-

ma de corrupção envolvendo fiscais agropecuários e donos de frigoríficos em Minas Gerais, Paraná e Goiás.

Conforme a PF, os fiscais investigados recebiam propina das empresas para emitir certificados sanitários sem fiscalização efetiva da carne, o que permitia a venda de produtos com prazo de validade vencido, entre outros problemas.

De acordo com Blairo Maggi, após deflagrada a operação, houve “demanda de informações” de 93

países. Destes, 34 já estão com comércio regular; 56 estão com a inspeção reforçada ou suspensão parcial, como os países da Comunidade Europeia; e 3 países da África ou do Caribe estão com suspensão total.

Entre 2016 e 2017, segundo o ministro, o Brasil ampliou sua participação no mercado internacional. “O efeito carne fraca na balança comercial brasileira é desprezível neste momento”, disse.

O ministério recolheu 762 amostras de produtos, de forma preventiva, e, após análises, constatou que apenas 1,31% das amostras tinha potencial de afetar a saúde pública, e 98,68% não apresentavam risco sanitário. Desse percentual, 9,05% tinham problemas “de ordem econômica”, como excesso de água, de ácido sórbico, de sorbato e de amido. Quatro frigoríficos foram interditados à época.

Interferência política

Conforme Maggi, após a operação, o ministério atuou para afastar a “interferência política na inspeção”, que seria uma reclamação dos países para onde o Brasil exporta carne. Ainda como resultado da operação, o ministério afastou 33 servidores, instaurou 11 processos administrativos disciplinares para apuração de práticas irregulares, que estão em fase de julgamento; e exonerou servidores que ocupavam funções de chefia.

O ministro ressaltou que faltam funcionários públicos para a fiscalização. Há, segundo ele, um “quadro crescente de produtos para serem exportados e quadro decrescente de pessoal”. Está em estudo no ministério a criação de fundo com recursos das frigoríferas para pagar, por exemplo, hora extra aos servidores responsáveis pela fiscalização.

A audiência foi solicitada pelo 2º vice-presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, deputado

Felipe Bornier (Pros-RJ). Segundo ele, o objetivo foi esclarecer a atuação do ministério em relação aos fatos, uma vez que há indícios de falhas na fiscalização.

Votos e trabalho escravo

Na audiência, o deputado Jorge Solla (PT-BA) questionou o ministro sobre uma relação entre a anistia de dívidas previdenciárias de parlamentares ruralistas e votos contrários à denúncia da Procuradoria Geral da República contra o presidente da República, Michel Temer. A denúncia foi rejeitada pela Câmara na última semana.

O parlamentar também perguntou sobre delações envolvendo o nome do ministro. Blairo Maggi afirmou que não participou da elaboração de medida provisória que anistia dívidas de produtores rurais e que responderia sobre delações na Justiça.

Solla ainda quis saber se a flexibilização do conceito de trabalho escravo, por meio da Portaria 1.129/17, do Ministério do Trabalho, seria parte da negociação para impedir a investigação contra Temer. O ministro disse não ser contra a fiscalização do trabalho análogo à escravidão e que defende a investigação e a punição dos responsáveis.

Mas, na opinião de Maggi, é preciso dar a oportunidade aos agricultores de se defender, “e não serem colocados na vala comum do trabalho escravo” por oferecerem, por exemplo, colchões mais finos do que o exigido pela regulamentação ou por uma lâmpada queimada.

“Pequenas irregularidades acabam sendo computadas como grandes irregularidades”, disse. “Não devemos aceitar exageros.”

A portaria está suspensa por decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber, em caráter liminar.

Presidente do Banco Central aponta para cenário de recuperação econômica



Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central

O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, afirmou nesta terça-feira (31/10) que o país vive um período de desinflação e recuperação econômica, após dois anos de recessão. Em sua avaliação, esse cenário só é possível porque, ultrapassada a fase de incertezas, o empresariado deixa de repassar a variação dos custos ao reajustar os preços ao consumidor. “Quando o futuro fica mais claro, os preços começam a cair”, disse Goldfajn em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que debateu as políticas monetária, creditícia e cambial adotadas pelo Banco Central.

Goldfajn explicou que a recente queda da inflação elevou o poder de compra e estimulou o consumo, sem que houvesse um endividamento das famílias. Segundo ele, o consumo cresceu 1,4% no segundo trimestre deste ano, em função também do maior acesso ao crédito – que, segundo ele, deve

ocorrer “de forma permanente”.

Questionado sobre a sustentabilidade do consumo, o presidente do BC disse não se tratar de uma “bolha”, uma vez que “o aumento do poder de compra não é feito por endividamento e sim pela queda na inflação”. Ele afirmou que o “o consumo é sustentável porque é feito com mais poder de compra e mais emprego”.

Goldfajn aproveitou o debate na CMO para defender a aprovação, pela Câmara, de proposta que estimula a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito – PLS 212/17, do senador Dalirio Beber (PSDB-SC). O presidente do BC disse acreditar que a iniciativa deve ampliar o acesso ao crédito e, portanto, a expansão do consumo.

Renda e emprego

Ilan Goldfajn explicou que esse quadro econômico permitiu ainda um aumento do salário médio da economia em termos reais (descontada a inflação), bem como do nível de emprego. Ele explicou que, apesar de o salário mínimo ser hoje reajustado a taxas menores que a inflação, a queda dos preços permitiu que o salário médio da economia, em termos reais, aumentasse, bem como a taxa de emprego. Segundo ele, foram gerados 1,5 milhão de empregos ao longo de 2017.

Nesse ponto, os deputados Enio Verri (PT-PR) e Edmilson Rodrigues (PSOL-PA) questionaram a afirmação, apontando o peso da informalidade e no campo no nível de emprego. “A indústria não cresce nada, está muito lenta, não está gerando emprego de forma nenhuma, apesar de ter um papel fundamental para o desenvolvimento e a recuperação econômica”, disse Verri.



Nesta manhã, o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que a taxa de desocupação recuou 0,6 ponto percentual no período de julho a setembro, encerrando o trimestre em 12,4%. É a menor taxa desde os 12% registrados no quarto trimestre de 2016. Segundo o IBGE, no terceiro trimestre deste ano o total de pessoas desocupadas ficou em 12,9 milhões.

Inflação

Os dados do Banco Central apresentados à CMO apontam para uma inflação (IPCA) abaixo da meta prevista de 4,5% para este ano. A taxa passou de 10,7% em dezembro de 2015 para 2,5% em setembro de 2017, com previsão de encerrar o ano em 3,2%. Para o próximo ano, o BC projeta uma inflação de 4,3% em dezembro.

O presidente do BC atribuiu esse cenário à redução na inflação dos preços de alimentos, que passou de 10% no ano passado para 5% neste ano. “Estamos caminhando bem com a inflação, os alimentos estão quase na meta neste ano”, ressaltou Goldfajn. Para o Banco Central, alta no consumo das famílias

no segundo trimestre é resultado do maior poder de compra, em decorrência da queda na inflação

Juros

A taxa de juros (Selic), que estava em 14,25% em dezembro de 2015, caiu para 7,5% em outubro de 2017. “É possível que a Selic continue a cair de forma moderada nos próximos anos, mas tudo depende do cenário de recuperação econômica”, disse o presidente do BC. Segundo ele, é possível haver queda adicional além dos 7,5% no médio prazo, mas “as reformas serão importantes para manter os juros menores ao longo do tempo”.

Segundo Goldfajn, os juros pagos pelas famílias caíram cerca de 15 pontos percentuais em um ano, no período de setembro de 2016 (74%) e setembro de 2017 (59%). Já os juros pagos por empresas tiveram queda de 6,5 pontos percentuais, passando de 29,7% para 23,2% no mesmo período.

Spreads

Apesar de reconhecer o cenário favorável da economia, o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) cobrou explicações sobre a continuidade de alto spread bancário – diferença entre taxas de juros de aplicação e de captação, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito. Para o deputado, essa situação configuraria a “voracidade” dos bancos em evitar riscos.

O presidente do BC disse que o aumento do lucro do setor bancário pode ser controlado com políticas que estimulem a competitividade dentro do setor. Goldfajn citou como exemplo a maior flexibilidade de regras para as cooperativas de crédito.

Pelas estimativas do BC, houve redução no spread bancário. Nas operações com empresas caiu 2,5 pontos percentuais entre setembro de 2016 e setembro de 2017. No caso das famílias, a redução foi de 10,8 pontos percentuais no mesmo período.

Meirelles prevê crescimento explosivo da dívida pública sem reforma da Previdência



Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, garantiu, nesta terça-feira (21/11), o problema das contas públicas não será resolvido com uma reforma tributária e sem uma reforma da Previdência (PEC 287/16) haverá “o crescimento explosivo da dívida pública”.

Meirelles disse a deputados de quatro comissões da Câmara (Finanças e Tributação; Fiscalização Financeira e Controle; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Trabalho, Administração e Serviço Público) que o país não dá conta de aumentar

a carga tributária em 10% do Produto Interno Bruto ao ano, que seria o ritmo de crescimento do déficit previdenciário.

Vários deputados da oposição sugeriram a regulamentação da taxa sobre grandes fortunas e a tributação de lucros e dividendos, mas Meirelles disse que o governo está tributando grandes fortunas ao mudar a taxa dos chamados fundos exclusivos. O ministro traçou um cenário do que, na visão dele, vai acontecer com o Brasil sem a reforma da Previdência.

“Nós temos certamente uma trajetória de crescimento explosivo da dívida pública se não for aprovada a reforma da Previdência. No momento em que 10% de PIB, em alguns anos, não será possível aumentar a carga tributária nessa proporção, nós teremos um aumento da dívida. E um aumento da dívida junto com um aumento dos juros, produto deste aumento da dívida, produto da queda da confiança na economia, com tudo isso, nós voltaríamos a uma recessão, desta vez muito mais grave do que tudo que tivemos até hoje”, previu.

Vice-líder do governo, o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) disse que a oposição não tem como votar contra a nova proposta de reforma da Previdência, porque ela vai estar concentrada nos servidores públicos federais que, segundo ele, são “privilegiados”.

“Se não votar, vai estar votando com os salários milionários e vai continuar essa transferência de renda absoluta, absurda, nojenta, que existe. Injusta. E esta reforma vai corrigir essa injustiça social”, defendeu.

Demografia

O deputado Sílvio Costa (Avante-PE) disse que a discussão da reforma é necessária por causa do aumento da sobrevida da população, mas afirmou que vai votar contra porque falta “legitimidade” ao go-

verno.

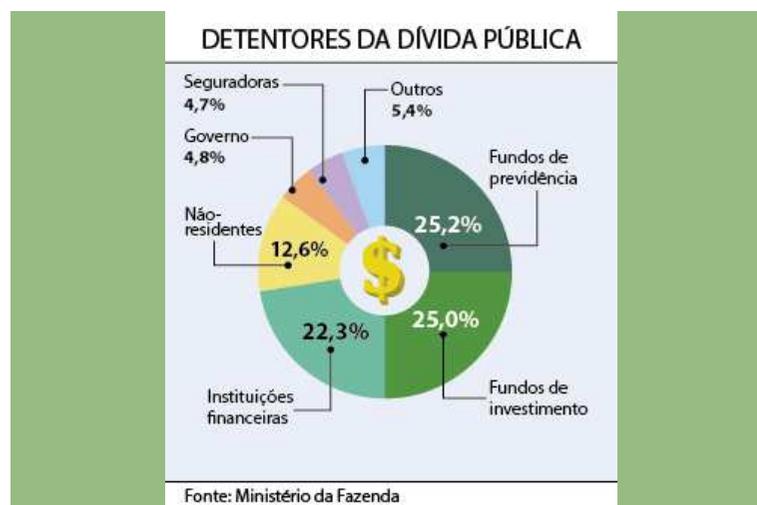
“Como é que a gente pode votar a reforma da Previdência com um governo que efetivamente tirou a presidente sem ela cometer crime? Eu voto contra a reforma da Previdência. O meu voto é político, o Brasil vem aguentando 500 anos e lamentavelmente vai ter que aguentar mais um ano para a gente eleger um presidente e aí sim discutir contabilidade pública”, argumentou.

Para o deputado Enio Verri (PT-PR), o governo prega o ajuste fiscal, mas reduziu tributos de empresas, parcelando dívidas, e das petroleiras que vão explorar o pré-sal.

Dívida

Em sua apresentação inicial, o ministro Henrique Meirelles divulgou um quadro com os detentores da dívida pública (veja quadro), que havia sido solicitado pelos parlamentares.

Segundo ele, os bancos detêm 22,3% do total da dívida, que está em torno de R\$ 3,5 trilhões. Ou seja, os bancos têm a receber do governo R\$ 780 bilhões, ou um pouco mais da metade do que o governo arrecada em um ano. A maior parcela da dívida, porém, está com os fundos de previdência, ou 25,5%.



Ministro Wagner Rosário destaca as ações da Controladoria-Geral da União

Através de um convite feito pelo Deputado Wilson Filho, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou no dia 28/11/2017 uma Audiência Pública com o Ministro Substituto da Transparência e Controladoria-Geral da União, Sr. Wagner Rosário, para expor as principais ações da pasta para o biênio 2017/2018.

O evento foi presidido pelo Deputado Izalci Lucas e teve destaque para a apresentação do Ministro. Os principais temas abordados foram os Acordos de Leniências – CGU e AGU – Lei 12.846/2013; a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção e suas ações na área de transparência, fomento e controle social; o Sistema de prevenção de conflitos de interesses; o Programa de Fortalecimento de Ouidorias da CGU; Programa de Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas e a Lei de Acesso à Informação.

“Hoje nós temos uma luta contra a corrupção dentro de um aspecto jurídico-administrativo. A parte jurídica da cooperação internacional já está mais desenvolvida, mas a área administrativa ainda está se iniciando e, o Brasil vai ser um ator importante pela característica avançada de investigação administrativa. Diz-se também sobre as atuações nas convenções internacionais. Já fechamos o primeiro acordo bilateral com a Colômbia e esperamos fechar com todos os países da América Latina”, disse o Ministro.

Depois o Sr. Wagner Rosário falou sobre a Corregedoria Geral da União e suas áreas de atuação. Por fim, falou-se sobre as perspectivas para 2018, como a integração de dados e tecnologia da informação e mais contato com o cidadão.

“Estamos investindo no controle social aumen-

tando os níveis de transparência, porque se a sociedade não tomar como seu o dinheiro público e não assumir esse compromisso de fiscalizar escolas, estradas - afinal isso não é dinheiro público, é dinheiro de cada cidadão - nós ficamos com dificuldade de fiscalizar todo esse montante”, finalizou o Ministro Wagner Rosário.



Wagner Rosário, Ministro da CGU

Fiscalização da aplicação de recursos federais em entes federativos - 2017



Fonte: CGU

Ministro diz que situação melhora nos hospitais federais do Rio; deputados vão acompanhar

A Câmara dos Deputados vai continuar a discutir a situação dos seis hospitais federais existentes no Rio de Janeiro, ainda que o ministro da Saúde, Ricardo Barros, tenha dito, nesta quarta-feira (06/12) na Casa, que o ministério vem fazendo um esforço para melhorar a gestão dos estabelecimentos.

Em audiência pública conjunta nas comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Finanças e Tributação, Ricardo Barros disse que o governo federal vem investindo nos hospitais mais de R\$ 3,5 bilhões por ano e aumentando os números de consultas, de exames e de cirurgias.

Ele informou ainda que o ministério contratou uma consultoria especializada do hospital Sírio-Libanês para fazer a gestão integrada dos seis hospitais e três institutos federais no Rio.

“O nosso atendimento no Rio de Janeiro é crescente, embora haja uma crise no sistema de saúde no estado. Estamos mantendo as estruturas lá definidas pela responsabilidade da União, mas fazendo um esforço para melhorar a gestão e poder atender mais com os mesmos recursos. A meta é ampliar em 20% o número de atendimentos nos hospitais públicos federais sem precisar de novos investimentos”, afirmou o ministro, em resposta ao deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), que havia sugerido o tema para audiência.

Molon não se deu por satisfeito com a resposta do ministro e aguarda novas informações sobre o assunto. Por isso, Barros se comprometeu a enviar novos estudos ao gabinete do deputado.

“As informações que nos chegam da Defensoria Pública da União e do Conselho Federal de Medicina apontam para uma situação dramática na saúde do Rio de Janeiro. O que nos chega do Rio de Janeiro, de quem vistoriou o sistema e de quem usa, é o contrário



Ricardo Barros, Ministro da Saúde

CFFC

daquilo que o ministro disse. Não é uma situação que está melhorando. É uma situação que está se tornando mais dramática, está pior”, disse Molon.

Ricardo Barros argumentou que cada hospital tem autonomia de gestão e que se deve cobrar do diretor do estabelecimento a eficiência nessa gestão.

Medicamento

Outro assunto tratado na audiência foi a escolha da empresa cubana Cimab para fabricação da alfaepoetina ou eritropoetina, medicamento indicado no tratamento da anemia associada à insuficiência renal crônica. Essa parte do debate foi sugerida pelo deputado Wilson Filho (PTB-PB), que é presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O parlamentar questionou a assinatura, em 2003, de um acordo para transferência de tecnologia para produção do medicamento pela Bio-Manguinhos, a unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) responsável pelo desenvolvimento tecnológico e pela produção de vacinas, reativos para diagnóstico e biofármacos. Ocorre que em 12 anos (2004-2016), conforme lembrou Wilson Filho, não houve transferência de tecnologia, e o Brasil gastou mais de R\$ 3,4 bilhões na compra do medicamento, que vinha de Cuba e apenas era embalado no Brasil.

O ministro confirmou que não houve a transferência de tecnologia, mas informou que, após cancelar a compra da Fiocruz no ano passado, o governo abriu um pregão neste ano e passou a comprar o medicamento por preços mais baixos de laboratórios que produzem no Brasil. “Nós abrimos um pregão e compramos. Era R\$ 25 por ampola, depois reduziu para R\$ 15 e agora para R\$ 11”, afirmou Ricardo Barros.

Considerando o valor da última compra, por menos da metade do preço e com uma economia de R\$ 134 milhões, o ministro calculou que o Brasil pagou R\$ 1,7 bilhão a mais pela transferência que não ocorreu. “Foi uma falta do Poder Executivo [não] cobrar que a Fiocruz fizesse de fato a transferência de tecnologia”, lamentou.





03/MAI - BIOMANGUINHOS

Audiência Pública realizada no dia 03/05/2017 com o objetivo de esclarecer as inexigibilidades para aquisição de eritropoetina humana recombinante que entre 2005 a 2016 ultrapassam a quantia de 1 bilhão de reais com a empresa cubana CIMAB S.A. – Convidados: Diretores de BioManguinhos/FioCruz-RJ. (Req. Nº 328/17 – Autor: Deputado Hugo Motta)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou Audiência Pública no dia 03/05/2017 com o objetivo de esclarecer as inexigibilidades para aquisição de eritropoetina humana recombinante com a empresa cubana CIMAB S.A; com a presença dos Diretores de BioManguinhos/FioCruz-RJ.

Artur Roberto Couto, diretor da empresa, afirmou que a parceria iria significar uma grande economia aos cofres públicos e um crescimento no conhecimento em pesquisa nacional e que todas as fases da parceria com a CIMAB S/A, com inexigibilidade de licitação, foram auditadas pelo Tribunal de Contas da União.



O deputado Hugo Motta, autor do requerimento, demonstrou preocupação com situação, não só pelo investimento da compra de tecnologia de um país, mas com o gasto já realizado para a produção, dizendo que cabe à Bio-Manguinhos “se esforçar comercialmente para mostrar que tem condições de produzir e de vender para o Ministério”.

Como conclusão da Audiência, foi criado um Grupo de Trabalho para fazer uma visita técnica às instalações da BioManguinhos/FioCruz no Rio de Janeiro (o que ocorreu posteriormente, no dia 18/08/2017).

31/MAI - CONTROLE SOCIAL VIA DADOS ABERTOS

Audiência Pública realizada no dia 31/05/2017 com o objetivo debater controle social via dados abertos através das ferramentas fiscalizeagora.org e diagnosticopublico.com. (Req. Nº 367/17 – Autor: Deputado Wilson Filho)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou Audiência Pública no dia 31/05/2017 com o objetivo com o objetivo debater controle social via dados abertos através das ferramentas fiscalizeagora.org e diagnosticopublico.com.

Foram convidados para o debate os criadores dessas ferramentas, Matheus Pereira Amaral Moreira e Marcos Antonio Rabelo Moreira.

“O fiscalize.org e o diagnósticopublico.com são portais criados com o uso de dados abertos para que o cidadão possa ter um acesso transparente às contas e gastos públicos e assim exercer cidadania”, afirma o parlamentar.

O Presidente da comissão, Deputado Wilson Filho, afirmou que existe uma tendência crescente de participação da sociedade civil no controle das contas públicas e que o controle da sociedade contribui de forma decisiva para a responsabilidade fiscal, a qualidade e a legalidade dos gastos públicos.

Durante sua apresentação, Matheus Pereira explicou

que a transparência ajuda na melhoria da gestão, no controle social e na democracia e cidadania. Disse ainda, que a transparência tem grande importância na interação do cidadão com a administração pública, de forma direta, colocando inclusive seus interesses em destaque.



Durante o debate, Wilson Filho indagou sobre a inclusão de inteligência artificial no sistema do fiscalizeagora.org. “É para onde a tecnologia caminha. Estamos pensando em implantar outros recursos visuais para auxiliar os cidadãos nessa busca”, disse Matheus.

20/JUN - BNDES

Audiência Pública realizada no dia 20/06/2017 com o objetivo de esclarecer sobre as operações do BNDES na compra de ações e debêntures do grupo JBS; e esclarecimento sobre a suposta compra de dólares, pelo grupo JBS, no dia 17/05/2017. (Reqs. N.ºs 363 e 364/17 – Autores: Deputados Victor Mendes e Hildo Rocha)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação, promoveu no dia 20/06/2017, uma Audiência Pública a fim de avaliar as operações do BNDES na compra de ações e debêntures do grupo JBS e sobre suposta compra de grande quantidade de dólares pelo mesmo grupo.

O Secretário de Controle Externo da Administração Indireta do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Borges Teixeira, apontou que há quatro processos envolvendo o grupo JBS e o BNDES. As operações teriam resultado em um prejuízo de cerca de R\$ 850 milhões. Chega a R\$ 8,1 bilhões o volume de recursos nos processos avaliados, sejam ações, debêntures ou fundos de participação, como Petros, da Petrobras, e Funcef, da Caixa Econômica Federal.

Sobre as suspeitas de que o grupo liderado por Wesley e Joesley Batista teria comprado grande quantidade de dólares na véspera da divulgação do acordo de delação premiada de um dos controladores da empresa, visando a movimentação do mercado e assim faturado posteriormente, o Diretor de Auto-Regulação do B3

(BM&F Bovespa), Marcos Torres, admitiu que foram detectadas movimentações atípicas nas datas pré e pós divulgação das acusações na mídia.

A partir da audiência pública, o Presidente da CFFC, Deputado Wilson Filho, prometeu promover outros encontros em torno do assunto, com a presença do BNDES, e anunciou apoio aos trabalhos de CPI quanto às operações.



“Nós iremos, na próxima reunião deliberativa, apresentar um requerimento de informação para cada um dos órgãos, para que oficialmente as respostas sejam encaminhadas, até porque a Comissão de Fiscalização e Controle tem esse objetivo,

subsidiando e trabalhando paralelamente a possível CPML que será criada muito em breve”, anunciou o deputado.

Os controladores da JBS, Wesley e Joesley Batista foram convidados a participarem da Audiência Pública, mas alegaram outros compromissos e não mandaram representantes.

28/JUN - CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS VIA DADOS ABERTOS

Audiência Pública realizada no dia 28/06/2017 com o objetivo de discutir as possibilidades de controle das contas públicas usando dados abertos. (Req. N.º 336/17 Autor: Deputado Wilson Filho)



A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promoveu no dia 28/06/2017, uma Audiência Pública com o objetivo de discutir as possibilidades de controle das contas públicas usando dados abertos.

O Presidente, Deputado Wilson Filho, falou que a transparência é fundamental no combate a corrupção e na recuperação do país em meio à crise que já se estende por três anos. O Deputado vê a integração com a população como forma de intimidar aqueles que insistem no erro. “Com a transparência extensiva a todos os órgãos e a todos os ambientes de poder, aqueles que ainda teimam em praticar o erro, não praticarão, pois, a socie-

dade saberá o mais rápido possível”.

Francisco Gil Castello Branco Neto, fundador e Secretário-Geral da Associação Contas Abertas, analisou a evolução da transparência no Brasil nos últimos anos e chamou atenção para o fato de que somente 10% dos Dados Abertos teriam sido produzidos antes de 2013, enquanto os dois anos seguintes representaram os outros 90%.

“Se o dado não pode ser encontrado indexado na web, ele não existe. Se não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, não pode ser reaproveitado e se algum dispositivo

legal não permitir a sua replicação, ele é inútil”, pontou Gil Castello Branco a partir das leis aplicáveis.

Jaime Klein, responsável pelo Observatório Social de São José, classificou a transparência como equivalente a pelo menos 50% das auditorias.

“O gestor público vai pensar 300 vezes antes de praticar um ato que ele sabe que vai estar exposto”.

Secretário de Gestão de Informações para o Controle Externo no Tribunal de Contas da União, Wesley Vaz falou sobre a importância da informação para o TCU. “O Tribunal sempre é uma instituição que opera baseada na informação. Para fazer o seu trabalho, é necessária informação enquanto insumo, que é entregue como decisões para a sociedade”.

Cristiano Ferri, Diretor do Laboratório Hacker, destacou a dificuldade em interpretar as informações, citando o portal da Câmara como exemplo. “Nós precisamos comunicar melhor as informações. Ela está lá, mas não conseguimos saber de que forma está sendo apreciada. É muito hermética”.

13/JUL - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Audiência Pública realizada no dia 13/07/2017 com o objetivo de discutir a PFC nº 99/2016 - gastos de verbas do Fundo Constitucional realizados pelo Governo do Distrito Federal. (Req. Nº 377/17 Autores: Deputados Izalci Lucas e Laerte Bessa)



“Todo mundo sabe que o Fundo Constitucional foi criado para a Segurança Pública – Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros – e dar assistência para a saúde e educação. E na verdade não está ocorrendo isso”, disse o Deputado Laerte Bessa, um dos autores do requerimento. “Eu fiz um estudo quando fui relator da PFC, e analisei os acórdãos do Tribunal de Contas e toda movimentação do Fundo Constitucional. [...] Houve sim a

chamada contabilidade criativa; os artifícios e recursos que foram usados do Fundo para maquiar ou colocar na contabilidade pública valores que não são verdadeiros”, disse o outro relator, Deputado Izalci Lucas.

Durante a apresentação, o representante do Tribunal de Contas União, Dr. Tiago Dutra, disse que a auditoria feita pela Controladoria Geral da União apontou como causas desses problemas a falta de regulamentação da Lei 10633/02 e também problemas de governança. Já os representantes do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil ressaltaram a importância do Fundo para garantir um serviço de qualidade à população do Distrito Federal.

O Procurador do Distrito Federal, Marcelo Fernandes, explicou que a Procuradoria Geral do Distrito Federal, no âmbito do Tribunal de Contas, tem defendido a possibilidade de utilização de recursos do Fundo Constitucional para o custeio dos inativos da saúde e educação; disse ainda que o TCU não pode interferir na autonomia do Distrito Federal, uma vez que é um órgão de controle externo da União e atua de forma parcial. Disse ainda, que os recursos não utilizados são defendidos pela PGDF para que permaneçam no Fundo, e que sejam utilizados em prol da população do DF, inclusive no custeio de atividades da segurança pública.

Finalizando a Reunião, o Deputado Izalci Lucas ressaltou a importância de solucionar os problemas do Fundo Constitucional, uma vez que todos os convidados presentes reconheceram o valor que este recurso tem para sanar as adversidades encontradas no Distrito Federal.

16/AGO - COMPRA DA PETROBRÁS NA ARGENTINA PELA PAMPA ENERGIA

Audiência Pública realizada no dia 16/08/2017 com o objetivo de esclarecer sobre a compra de ativos da Petrobras na Argentina PESA, realizada pela empresa Argentina Pampa Energia. (Req. Nº 368/17 Autor: Deputado Alfredo Kaefer)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) realizou Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Minas e Energia (CME) para esclarecimentos sobre a compra de ativos da Petrobras na Argentina PESA, realizada pela empresa Argentina Pampa Energia.

A requerimento do deputado Alfredo Kaefer, participaram da audiência os seguintes convidados: Cláudio Akio Ishihara - Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – MME, Cláudia Zacour - Gerente do Departamento Jurídico de Aquisições e Desinvestimentos – Petrobras, Diego Salaverri - Diretor Executivo de Assuntos Legais da Pampa Energía S.A, Mariano Batistella - Diretor Executivo de Estratégia e Planejamento da Pampa Energia S.A e Felipe Caldeira – Advogado, autor da ação popular.

Felipe Caldeira, autor da ação popular que contesta a

venda, alega que a petroleira teria recusado propostas de compra dos ativos da PESA, que incluem: áreas de exploração de petróleo, uma refinaria, estações de serviço, central térmica e participação numa transportadora de gás.

O deputado Alfredo Kaefer afirma que “causa espanto que em 2002 a Petrobras tenha adquirido, por US\$ 1.027 bilhão, 58% das ações da Perez Companc na Argentina, assumindo dívidas estimadas em US\$ 2 bilhões, e após 14 anos, 67% da Petrobras Argentina (Pesa) tenham sido negociadas por US\$ 897 milhões”, sofrendo ação popular, “diante da enorme discrepância dos valores apresentados”.



29/AGO - DEVOLUÇÃO DA BR 040 PELA EMPRESA INVEPAR

29/08 – Devolução da BR 040 pela empresa INVEPAR

Audiência Pública realizada no dia 29/08/2017 com o objetivo de discutir a devolução feita pela empresa INVEPAR, da BR 040, ao governo federal. (Req. Nº 384/17 Autor: Deputado Padre João)



A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle discutiu no dia 29/08/2017 os motivos pelos quais a Via 040, empresa do grupo Invepar que opera a concessão da BR 040, quer devolver a rodovia ao governo federal. A Audiência Pública foi presidida pelo autor do requerimento, Deputado Padre João.

O parlamentar explicou que a concessão de trecho da BR-040

começou em março de 2014, com um prazo de 30 anos. O contrato previu a realização de obras de recuperação e manutenção, serviços operacionais, conservação e aumento de capacidade, incluindo a duplicação de mais de 700 km, com base no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

“Até o momento, no entanto, apenas 73 km foram duplicados, a maior parte em Goiás, segundo a concessionária, com um significativo atraso no cronograma de investimentos”, explicou o Deputado. “No entanto, 11 praças de pedágio estão em funcionamento há quase dois anos”, completou.

A Audiência teve um rico debate e contou com a presença da Deputada Margarida Salomão, que diz ser usaria da rodovia. “De fato, há uma insatisfação muito grande. Nós de Juiz de Fora, por exemplo, não obstante os valores extorsivos cobrados pela CONCERT, reconhecemos que ela melhorou muito a estrada Rio-Juiz de Fora. É uma boa estrada. No caso da BR-040, a partir de Juiz de Fora até Brasília, ela não recebeu impactos com a mesma grandeza, melhoramentos com o mesmo impacto positivo”, disse a Deputada.

“Eu garanto que ele (Grupo Invepar) tem que duplicar a rodovia inteira. Mas não é preciso duplicar a rodovia inteira. Há trechos em que o aumento de uma terceira faixa vai ser suficiente. Mas a exigência é a duplicação, e ele vai ter que fazê-la”, disse Mario Junior, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

31/AGO - DESONERAÇÕES FISCAIS DAS EMPRESAS AÉREAS

Audiência Pública realizada no dia 31/08/2017 com o objetivo de debater as desonerações fiscais e a política tarifária das empresas aéreas. (Req. Nº 333/17 Autor: Deputado Wilson Filho)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), a requerimento do deputado Wilson Filho, realizou audiência pública para debater as desonerações fiscais e a política tarifária das empresas aéreas. O debate contou com a participação de Airton Pereira, da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abeaer), Ricardo Bisinotto Catanant - superintendente de serviços aéreos da Anac, Sônia Amaro - advogada da Protest- associação de defesa do consumidor, Bernardo Viera Torres de Teive e Argolo, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado Interino da Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON, João Manoel Pinto de Mello - Chefe de Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e Rogério Teixeira Coimbra - Diretor do Departamento de Políticas Regulatórias da Secretária Nacional de Aviação Civil.

O deputado Wilson Filho afirmou que a resolução da Agência Nacional de Aviação Civil que determinou a cobrança por bagagens não despachadas não se refletiu em passagens mais baratas para o consumidor.

“A Anac tomou a decisão de dividir os serviços, com o intuito de reduzir o valor das tarifas, mas o que aconteceu foi o contrário. Além de ter de pagar um valor a mais para despachar a mala, o usuário está tendo de arcar com bilhetes, em muitos casos, mais caros”, comentou o parlamentar, em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados sobre as desone-



rações fiscais e a política tarifária das empresas aéreas brasileiras. O debate foi promovido pela própria Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Já o diretor da ABEAR, Airton Pereira, argumentou, que o setor sofre com a alta do dólar e a crise econômica desde 2015, e que as companhias têm buscado soluções para diminuir custos, mas que dependem dessa redução de custos e da desoneração fiscal.

O superintendente de serviços aéreos da Anac, Ricardo Catanant, falou sobre o crescimento do setor aéreo no país, afirmando que hoje, transportam mais pessoas que o setor rodoviário. “Se o Congresso retirar barreiras do investimento estrangeiro, certamente veremos investimentos e a entrada de novas empresas no nosso mercado”, defendeu.

Para a advogada Sônia Amaro, da Protest- associação de defesa do consumidor “é saudável para o consumidor essa disputa entre empresas. No entanto, deve haver uma fiscalização do setor e uma aplicação de penalidades se as regras forem descumpridas”, afirmou.

CFFC

31/AGO - IPI DE REFRIGERANTES

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação, realizada no dia 31/08/2017, com o objetivo de debater os créditos de IPI na Zona Franca de Manaus para concentrados de refrigerante. (Req. Nº 390/17 Autor: Deputado Zeca Dirceu)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), a requerimento do deputado Zeca Dirceu, participou de audiência pública conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para debater com entidades representativas das indústrias de bebidas nacionais, sobre os créditos de IPI gerados na Zona Franca de Manaus para concentrado de refrigerantes.

Participaram do debate, representantes da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, da Receita Federal, diretores do Sindicato das Indústrias da Alimentação no estado de Goiás, do Centro da Indústria do estado do Amazonas, da Federação das Indústrias do estado do Amazonas e o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas (Abir), Alexandre Jobim.

Para o autor do requerimento, deputado Zeca Dirceu, o objetivo maior da audiência é de denunciar, as manobras fiscais realizadas pelas multinacionais produtoras de refrigerantes que, por meio de isenções e benefícios fiscais, deixam de pagar às subsidiárias no país, o valor de R\$ 9,1 bilhões ao ano.

Com isso, as empresas instaladas do interior dos estados, que geram postos de trabalho, são prejudicadas pela concorrência injusta. “Nós respeitamos as grandes empresas, mas elas têm que pagar impostos de forma que equilibre o mercado para pequenas empresas”, justificou.

Fernando Rodrigues de Bairros, presidente da Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil (Afrebras), defendeu o fim dos benefícios fiscais, alegando que o setor de bebidas nacionais está sendo prejudicado com uma carga de impostos mais alta, e a competição de preços no mercado com as multinacionais. “Nós, pequenos fabricantes, queremos é sobreviver ao mercado. Queremos um mercado justo.”, afirmou ele.



31/AGO - BLOCKCHAIN NO CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS

Audiência Pública realizada no dia 31/08/2017 com o objetivo de discutir as possibilidades da tecnologia de blockchain para controle das contas públicas. (Req. Nº 381/17 Autor: Deputado Wilson Filho)



A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a requerimento do Deputado Wilson Filho, realizou audiência pública para debater sobre o uso do blockchain como alternativa para dar mais transparência às contas do governo.

O debate contou com a participação de Alexandre Van de Sande Araújo e Everton de Carvalho Farias Fraga - representantes da Fundação Ethereum, Thiago Gouveia Lins Dutra - Secretário da Fazenda Nacional do TCU, Wesley Vaz - Secretário de gestão de informações do TCU, Cristiano Ferri - Labhacker Câmara dos Deputados e Ricardo Fernandes Paixão - Faculdade de Direito da UnB.

O blockchain, é um banco de dados com regras preestabelecidas que pode ser consultado por várias pessoas por meio da internet, de forma semelhante ao que ocorre com a moeda virtual bitcoin.

Segundo Alexandre Van de Sande, o controle não é centralizado, e caso alguém tente fazer algo fora do padrão das regras, outras pessoas conectadas à rede podem rastrear essa ação. Dessa forma, o próprio computador automaticamente permite o controle do cumprimento das regras. Segundo ele, com uma tecnologia do tipo blockchain é possível definir as regras de como um dinheiro pode ser gasto, quem pode tomar decisões sobre ele e uma vez que isso está online, é matematicamente impossível você desviar um centavo, sequer, fora daquelas regras que foram definidas pelo software.

Wesley Vaz, afirmou que o Tribunal de Contas da União ainda não tem uma avaliação específica sobre o uso do blockchain, porém, destacou que a falta de integração dos dados do governo é um dos maiores problemas relacionados ao controle das contas públicas.

“Se houvesse uma integração maior entre essas informações por parte da administração pública federal, o risco de se ensinar fraudes ou irregularidades no pagamento de benefícios sociais, para citar somente um exemplo, seria muito menor. E seria muito mais barato também, tanto para o gestor da política como as instituições de controle, checarem se aquele pagamento é correto ou não”.

19/SET - LEI ROUANET

Audiência Pública realizada no dia 19/09/2017 com o objetivo de discutir a aprovação de prestação de contas de proponentes de beneficiados com recursos oriundos da Lei Rouanet considerados inadimplentes. (Req. Nº 388/17 Autor: Deputado Sóstenes Cavalcante)



No dia 19/09/2017 a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle discutiu, em Audiência Pública, a aprovação de contas de beneficiários da Lei Rouanet (8.313/91) considerados inadimplentes, o Deputado Sóstenes Cavalcante disse que foi verificada no sistema informatizado do Ministério da Cultura “a aprovação em massa” de projetos de proponentes devedores desde 2002.

O Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, José Paulo Mar-

tins, explicou que o Ministério trabalha desde abril com uma instrução normativa que não permite a inadimplentes terem acesso a novos recursos da Lei Rouanet. Além disso, segundo ele, as novas propostas terão a prestação de contas feita em paralelo à execução dos projetos. José Martins informou também que o ministério está empenhado em analisar quase 15 mil projetos da prestação de contas pendentes. “Há um mutirão que envolve várias pessoas, é um trabalho cuidadoso. Sofremos por tentar entender as dificuldades que o proponente teve e dar condições para que ele possa até o último momento fazer sua defesa”, disse.

Um dos resultados desse trabalho, segundo Martins, é que neste ano já retornaram aos cofres do Ministério R\$ 304 mil, valor dez vezes maior que o arrecadado em 2016.

Sóstenes Cavalcante, autor do requerimento para o debate, lembrou o trabalho da CPI da Lei Rouanet, que apontou várias falhas na gestão desses recursos e apresentou sugestões para melhorar o processo. “Foram grandes os avanços na fiscalização, no controle, e minha maior preocupação sempre foi não haver mais a possibilidade de proponentes inadimplentes terem mais projetos aprovados, como aconteceu no início do ano, praticando os mesmos ilícitos de antes”, afirmou.

Em relação ao elevado volume de projetos liberados no início do ano, o diretor de Incentivo à Produção Cultural, Odecir da Costa, explicou que o modelo é feito para o exercício anual e tem validade de 24 meses. A capacitação residual dos recursos pode ser feita até o final de dezembro e, assim, o número de propostas liberadas é maior em janeiro.

26/SET - EDUCAÇÃO NO CAMPO

Audiência Pública realizada no dia 28/09/2017 com o objetivo de debater o cenário atual das políticas públicas de Educação do Campo e suas perspectivas. (Req. Nº 391/17 Autor: Deputado Padre João)

Ocorreu no dia 28/09/2017, uma Audiência Pública conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Educação, com o objetivo de debater o cenário atual das políticas públicas de Educação do Campo e suas perspectivas. Respalhada pelo requerimento do Deputado Padre João, a Audiência Pública foi presidida pelo Deputado Odorico Monteiro e contou com a participação dos Deputados Heitor Schuch, Sâguas Moraes, Patrus Ananias, Edmilson Rodrigues e Helder Salomão.

O tema central foi o orçamento para a educação no campo e sua forma de garantia, além das políticas públicas de educação no campo e suas perspectivas.

Alguns convidados falaram sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), uma política pública que está ameaçada por cortes orçamentários.

Com o Pronera, jovens e adultos de assentamentos têm acesso a cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e de pós-graduação (especialização e mestrado). O programa também capacita educadores para atuar nos assentamentos e coordenadores locais - multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Por fim, alguns deputados sugeriram a criação de um Grupo de

Trabalho voltado para o tema; sugeriram também uma nova Audiência Pública com a presença do Ministro para debater a questão do orçamento e o oficial o Deputado Caca Leão, que é o Relator do Orçamento, solicitando o acréscimo de 40 milhões de reais da dotação do projeto de lei em 2018.



10/AGO - REGULARIZAÇÃO DE EMISSÃO DE TOKENS DE BLOCKCHAIN

10/10 – Regularização da emissão de tokens de blockchain
 Audiência Pública realizada no dia 10/10/2017 com o objetivo de debater o tema regularização da emissão de tokens de blockchain para financiamento de empresas (initial coin offerings) - PL 2303/15. (Req. Nº 442/17 Autor: Deputado Wilson Filho)

No dia 10/10/2017, em Audiência Pública com a participação da Comissão Especial das Moedas Virtuais (PL 2303/15), a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle debateu a regularização da emissão de tokens de blockchain para financiamento de empresas (initial coin offerings) - PL 2303/15. A reunião foi presidida pelo Deputado Alexandre Valle e teve como convidados os representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Associação Brasileira de Equitycrowdfunding.

Participaram da audiência os seguintes convidados: Antônio Berwanger e Jorge Alexandre Casara, ambos representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do advogado Otavio Yazbek, ex-presidente da CVM e Frederico Plass Rizzo, da Associação Brasileira de Equitycrowdfunding, além do deputado Alexandre Valle. As apresentações deles podem ser assistidas no ambiente de transmissões de vídeo da Câmara.

O evento teve destaque para as apresentações dos convidados. “Nós regulamentamos há muito pouco tempo a norma sobre crowdfunding de investimento, que permite ofertas públicas de valores mobiliários por meio de plataformas de crowdfunding”, disse Antonio Carlos da CVM. “ICO é uma oferta pública de criptomoedas, é uma derivação questionável do termo IPO - Initial Public Offering. No caso do ICO, o investidor compra do emissor um ativo virtual, um token, numa oferta pública pela Internet”, completou Alexandre Casara da CVM.

“O ICO, dentro da ICVM 588, apresentaria algumas das características seguintes: a venda do token; empresas, em geral, em fase de pré-desenvolvimento, sem o token ainda pronto para uso; benefícios iguais para todos os participantes, o equivalente a dividendos e a outros tipos de recompensa, ou seja, o usuário, como participante desta rede, não vai receber mais ou menos benefícios de acordo com a sua participação; e, por fim, algum tipo de contrato, algum vínculo com direito a retornos financeiros ou com equity na empresa”, finalizou Frederico Rizzo, da Equitycrowdfunding.

17/OUT - RECICLAGEM DE PNEUS NO BRASIL

Audiência Pública realizada no dia 17/10/2017 com o objetivo de debater a situação das empresas de reciclagem de pneus no Brasil. (Req. Nº 429/17 Autor: Deputado Júlio Lopes)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a requerimento do deputado Júlio Lopes, realizou audiência pública para discutir a situação das empresas de reciclagem de pneus no Brasil.

O debate contou com a presença dos representantes da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip) Klaus Kurt, da Reciclanip Rafael Martins; da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Pneus (Abidip) Milton Favaro Júnior; do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Suely Araújo; da Associação Nacional das Empresas de Reciclagem de Pneus e Artefatos de Borracha (Arebop) José Carlos Arnaldi; e da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) Mario William Esper.

O deputado Júlio Lopes (PP/RJ), argumentou que, “por não ser biodegradável e acumular grande volume, os pneus usados são considerados difíceis de serem eliminados. Seu descarte inconsciente pode vir a poluir rios e córregos ou mesmo servir de criadouros para pernilongos transmissores de doenças”. Além do

benefício relativo à preservação do meio ambiente, destacou que, em países mais adiantados no processo, a reciclagem gera energia para indústrias diversas, além de permitir a reutilização de detritos na construção civil, por exemplo, e em outras atividades.

Uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (416/09) determina que, para cada pneu novo vendido, fabricantes e importadores devem dar destinação adequada a um pneu inservível (ou seja, completamente fora de uso). “Apenas no ano passado foram coletadas 451,7 mil toneladas, o equivalente a 90 milhões de pneus de carros de passeio”, informou Lopes.



19/OUT - ATUAL CENÁRIO DE PESCA E AQUICULTURA NO BRASIL

Audiência Pública realizada no dia 19/10/2017 com o objetivo de debater sobre o atual cenário da pesca e aquicultura no país. (Req. Nº 432/17 Autor: Deputado Padre João)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promoveu no dia 19/10/2017 uma Audiência Pública com o objetivo de debater o atual cenário da pesca e aquicultura no país. Entidades que representam os pescadores e os piscicultores do todo o Brasil, foram convidados e houve um grande debate liderado pelo Deputado Padre João, autor do requerimento.

De forma generalizada, os convidados mostraram insatisfação com o governo. “Deixaram de pagar o seguro-defeso alegando a existência de fraudes, não renovam a carteiras de pescadores, e com isso acabam estimulando a pesca ilegal e predatória. Já tem pescador desesperado dizendo que vai vender a rede e a canoa..”, disse José Carlos, da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores.

“Nos últimos anos a piscicultura cresceu entre 10% e 12% ao ano. Hoje a produção é de 640 mil toneladas de pescado, podendo facilmente atingir três milhões. Para isso necessitamos de políticas públicas”, falou Francisco Medeiros, da Associação Brasileira de Piscicultura.

A desestruturação do setor foi um dos pontos mais criticados. A transferências da Secretaria de Aquicultura e Pesca, para vários ministérios, desagradou aos pescadores e aquicultores. Para o ex-ministro da Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolim, a recriação do Ministério da Aquicultura e Pesca, aliada à adoção de outras políticas públicas, podem fortalecer o setor.

Os Deputados Padre João, Izalci Lucas, Hugo Motta e Odorico

Monteiro mostraram interesse e solidariedade com a causa e ressaltaram a necessidade de mais atenção do governo com a área.



24/OUT - DEBATER O PL 2303/15 BLOCKCHAIN DO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Audiência Pública realizada no dia 24/10/2017 com o objetivo de debater a prova de conceito em blockchain do Sistema de Pagamentos Brasileiro desenvolvida pelo Banco Central do Brasil - PL 2303/15. (Req. Nº 454/17 Autor: Deputado Wilson Filho)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou no dia 24/10/2017 uma Audiência Pública com o objetivo de debater a prova de conceito em blockchain do Sistema de Pagamentos Brasileiro desenvolvida pelo Banco Central do Brasil - PL 2303/15. O evento foi presidido pelo Deputado Aureo e contou com a presença de representantes do Banco Central e do Centro de Informática da Câmara dos Deputados.

A reunião foi breve e teve destaque para a apresentação do Banco Central que mostrou a importância dessa nova tecnologia. “Hoje a gente depende de entidades centrais; bancos de dados onde estão registrados os valores e os ativos que cada um tem. [...] Em 2008, surge o bitcoin, que foi o primeiro ativo descentralizado, isso significa que não há uma entidade central gerenciando bando de dados, contas e propriedades. Essa tecnologia resolveu um problema absolutamente sem solução anteriormente, que é a capacidade de se movimentar valores ou ativos na internet, no mundo virtual sem uma entidade central para gerenciar o bando de dados”, disse Rafael Sarres.



09/SET - SERVIDORES APOSENTADOS DO MUNICÍPIO DE IPATINGA - MG

Audiência Pública realizada no dia 09/11/2017 com o objetivo de debater a atual situação das verbas alimentares dos servidores aposentados do Município de Ipatinga - MG. (Req. Nº 431/17 Autor: Deputado Padre João)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promoveu uma Audiência Pública para discutir a situação dos servidores aposentados do município de Ipatinga (MG), no dia 09/11/2017. O debate foi proposto pelo Deputado Padre João, atendendo a pedido do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG).

O debate foi acerca dos servidores municipais aposentados que estavam sem receber a complementação salarial desde o ano passado em decorrência de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pela prefeitura de Ipatinga, em curso no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que questiona a lei que concede o benefício.

“O Ministério da Previdência emitiu um certificado de regularidade previdenciária, dizendo que em Ipatinga, o município está regular com suas obrigações com seus aposentados. Esse quadro é visivelmente uma falsidade, um equívoco”, disse Edilene Logo,

advogada. “De fato, em Ipatinga não há um problema de posição jurídica, há um problema de descumprimento de ordem judicial”, completou.

Após os debates entre convidados e deputados, o resultado foi de oficiar os órgãos do Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Previdência Social, a Controladoria Geral da União e Procuradoria Geral da República, para inspecionar a real situação, sobre tudo do possível descumprimento das ordens judiciais emanadas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.



23/NOV - SITUAÇÃO ATUAL DO SETOR DE TV POR ASSINATURA

23/11 – Situação atual do setor de TV por assinatura

Audiência Pública realizada no dia 23/11/2017 com o objetivo de debater a situação atual do setor de empresas de TV por assinatura e possíveis danos ao consumidor. (Req. Nº 443 e 456/17 Autor: Deputado Wilson Filho)

Aconteceu no dia 23/11/2017, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, uma Audiência Pública com o objetivo de debater a situação atual do setor de empresas de TV por assinatura e possíveis danos ao consumidor.



Se fez presente através de seus representantes a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE e a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura. Presidida pelo Deputado Valtenir Pereira a Audiência Pública foi breve e esclarecedora. Houve debate entre os convidados.



“Espero que as entidades de defesa do consumidor de todo o Brasil possa cumprir seu papel para que melhore a oferta desse serviço...”, disse o Deputado Valtenir Pereira.



PALESTRAS



05/JUL - DADOS ABERTOS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E CONTROLE SOCIAL



Evento realizado no dia 05/07/2017 com a palestrante Yasodara Córdova, sobre dados abertos, inteligência artificial e controle social.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promoveu palestra sobre Dados Abertos, Inteligência Artificial e Controle Social, com a desenvolvedora de software Yasodara Cordova.

Yaso, como é conhecida, é fellow do Berkman Klein Center em Harvard e também uma das fundadoras do Calango Hackerspace, o clube hacker de Brasília. Também fez parte de grupos de desenvolvimento de padrões para Web Payments, além de liderar projetos envolvendo Leis e Deep Learning em Participação Pública.

Yaso acompanha de perto as tecnologias para descentralização, sendo palestrante experiente sobre o tema.

Pertence ao conselho consultivo da Open Knowledge Brasil e é Colaboradora eventual e umas das conselheiras da Coding Rights, além de ser advisor da Operação Serenata de Amor.

Foi consultora técnica da ONU para o Projeto Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), onde trabalhou com tecnologias para o aprimoramento da democracia no Brasil, contribuindo para a criação da plataforma para consulta pública do Marco Civil da Internet, do projeto de lei de proteção de dados pessoais e da reforma da Lei de Direito Au-



VISITAS TÉCNICAS



VISITAS TÉCNICAS

A sede da Câmara dos Deputados é o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, aonde ocorrem as reuniões ordinárias e as audiências públicas da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. No entanto, eventualmente, os membros da CFFC realizam visitas técnicas e reuniões nas demais unidades federativas, verificando, de perto, os problemas existentes na fiscalização, no controle e na gestão do uso de recursos públicos..



Zona Franca de Manaus/AM





Biomanginhos - Rio de Janeiro/RJ



Duplicação da BR 135 no Maranhão



Tribunal de Contas Britânico

Obras da Ponte do Rio Madeira BR 364 - Abunã/RO

29/MAI - ZONA FRANCA DE MANAUS

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promoveu no dia 29/05/2017 uma Visita Técnica em conjunto com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia na Zona Franca de Manaus com o objetivo de debater os impactos socioeconômicos na região. O evento foi aprovado tendo em vista que tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2011, que “altera o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer a criação da Zona Franca do Semiárido Nordestino”.

A Comitativa participou de almoço na Moto Honda do Brasil onde conheceram o processo de Industrialização das motocicletas dentro da Zona Franca e toda logística envolvida para suprir o mercado interno e externo.

Na programação o Deputado Wilson filho foi recebido pelo superintendente da SUFRAMA, Dr. Marcelo Souza Pereira e a coordenadora geral da SUFRAMA, Dra. Ana Maria Oliveira de Souza que apresentaram as políticas envolvidas na Zona Franca para subsidiar as empresas que se instalaram e conhecer toda legislação para que possa ser aplicado à PEC 19/2011.



26/JUN - DUPLICAÇÃO DA BR 135 NO MARANHÃO

No dia 26/06/2017, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle participaram de uma Visita Técnica na BR-135 – Maranhão, com o objetivo de vistoriar as obras de duplicação. O evento teve por base o atraso no cumprimento do cronograma de execução (constatado na Visita Técnica em 2016), haja vista que as obras foram iniciadas em setembro de 2012, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os Deputados Hildo Rocha, Deoclides Macedo, Luana Costa e Rubens Pereira Junior foram integrantes desta comitativa. Além dos parlamentares, estiveram presentes Deputados Estaduais, Vereadores, engenheiros responsáveis pela empresa construtora, o Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) –MA, Sr. Gerardo Fernandes e técnicos do órgão.

O evento foi longo, começando as 7 horas da manhã no DNIT, depois passou-se à visita nos trechos e campos de obras e terminando no final da tarde, após uma extensa mesa redonda de debates entre todos os participantes.



É um absurdo o que está sendo feito com os maranhenses. Esta semana, as construtoras voltaram a contratar funcionários e colocaram algumas máquinas no trecho, mas a gente vê que a obra estava paralisada, pois está no mesmo ponto em que estava em dezembro de 2016. Agora, eles vão liberar sete quilômetros que já estavam asfaltados desde o ano passado, no campo de Perizes,” destacou Hildo Rocha.

18/AGO - BIO-MANGUINHOS

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família foram ao Rio de Janeiro, no dia 18/08/2017, para uma Visita Técnica no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos, com o objetivo esclarecer adicionais acerca dos temas debatidos na Audiência Pública na Casa, no dia 03/05/2017, sobre aquisição de Eritropoetina Humana Recombinante que entre 2005 a 2016 ultrapassam a quantia de 1 bilhão de reais com a empresa cubana CIMAB S.A.

Participaram da Comitativa os Deputados Odorico Monteiro, Benedita da Silva, Chico D'Angelo, Jandira Feghali, Laura Carneiro e Alexandre Serfotis. Participaram também os Diretores do órgão, além da Presidente da Fiocruz, Sra. Nisia Trindade.

O evento começou às 11 horas com uma mesa redonda de debates entre todos os participantes. Logo após, a comitativa visitou vários locais, como o Centro Henrique Pena (CHP), o Centro de Processamento Final (DPFI) e o Centro de Armazenagem de Produto Acabado (CEAPA), onde foi mostrado as atividades e estrutura do órgão. A Visita Técnica encerrou por volta das 15 horas.



04/SET - PONTE DO RIO MADEIRA BR 364 (ABUNÃ/RO)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou no dia 09/04/2017 uma Visita Técnica à ponte Rio Madeira – RO, com o objetivo de fiscalizar o andamento dos trabalhos na construção da ponte sobre o Rio Madeira. O evento foi liderado pelo Deputado Léo de Brito, autor do requerimento que explicou que as obras da ponte sobre o Rio Madeira iniciaram-se em outubro de 2014 com valor estimado em R\$ 172 milhões de reais.

A ponte do Rio Madeira localiza-se no Distrito de Vista Alegre, na região do Abunã, Rondônia. O projeto prevê a extensão de 3.800 metros, sendo 1.084 constituídos de vão central sobre um dos maiores rios da Amazônia.

Participaram da comitativa o Deputado Léo de Brito, Vereadores, engenheiros responsáveis pela empresa construtora, o Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – RO, Sr. Sergio Mamanny e técnicos do órgão.

“Enquanto Presidente da CFFC estive aqui no canteiro de obras algumas vezes, sempre acompanhando de perto o andamento do processo. A obra que vai interligar o Acre à Rondônia é uma das mais esperadas pela população dos dois estados. Atualmente a travessia é feita por balsa, o que dificulta o acesso em caso de enchente ou seca do Rio Madeira”, disse o Deputado Léo de Brito.



12/JUL - TRIBUNAL DE CONTAS BRITÂNICO



A CFFC, de modo inédito, realizou, em 12/07/2017, sua primeira visita técnica internacional, na sede da *National Audit Office (NAO)* – o Tribunal de Contas britânico. Participaram dos trabalhos o Presidente da Comissão, deputado Wilson Filho (PTB/PB), bem como os deputados Felipe Bornier (PROS/RJ) e Jorge Solla (PT/BA). O objetivo da viagem era trazer a experiência da fiscalização e controle do Reino Unido para o Congresso, observando quais diretrizes que o Tribunal de Contas da União observa em seus trabalhos carregam semelhança com o que é praticado no órgão britânico.

Os parlamentares tiveram a chance de conhecer, na manhã do dia 12, as diversas divisões de auditoria do NAO, traçando um comparativo com o organograma do TCU. Destacou-se, no contraste entre os órgãos, o fato de que, diferentemente do que ocorre na relação entre o Congresso e o TCU, a quase totalidade dos trabalhos de auditoria no Reino Unido são iniciadas pelo parlamento. No Brasil, esta relação é inversa, e apesar da aprovação de Propostas de Fiscalização e Controle (PFCs) regularmente, a grande maioria dos trabalhos de auditoria do TCU são

feitos de ofício.

Além desse fato, foi visto na visita ao NAO que há um procedimento simplificado de apuração de inconsistências conhecido como *investigation* (ou “investigação”), que difere bastante do padrão típico de auditoria praticado pelo TCU. Neste procedimento, não há um relatório final a ser aprovado por diferentes instâncias, gerando economia processual e garantindo que um fato seja elucidado em 120 dias. Na CFFC, é bastante comum observar procedimentos de auditorias iniciados a partir da aprovação de uma PFC que duram até três anos para serem concluídos, muitas vezes após o fato gerador já não produzir mais efeitos.

A experiência da visita foi de extrema importância para subsidiar a produção do projeto corporativo que resultou na aprovação da Resolução da Câmara nº 25/2017, que criou o Plano Anual de Fiscalização e Controle (PAFC) e o Relatório Anual de Fiscalização e Controle (RAFC) – que deve dar um maior protagonismo para a Câmara dos Deputados, a partir dos trabalhos da CFFC, na fiscalização e controle dos atos da Administração Pública.



REUNIÃO INSTITUCIONAL



CFFC

CFFC e TCU estreitam parceria em ações conjuntas

Em 15/04, os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, receberam em reunião de trabalho seguida de café da manhã, o Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Raimundo Carreiro e sua equipe técnica.

O intuito do deputado Wilson Filho, presidente da comissão, foi afinar a parceria entre a CFFC e o TCU, além de debater o aprimoramento dos trabalhos em prol da boa utilização do dinheiro público.



Dep. Valtenir Pereira, Dep. Nelson Marquzezelli, Ministro Presidente do TCU Rainundo Carreiro, Dep. Hugo Motta, Dep. Wilson Filho, Dep. Izalci Lucas, Dep. Lindomar Garçon e o Dep. Nilton Capixaba

Em 31/05, foi a vez do Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Raimundo Carreiro, receber os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para um café da manhã.

O encontro foi promovido com a finalidade de estreitar a relação entre a instituição e o órgão fiscalizatório. Esse, aliás, foi um dos pontos destacados pelo deputado Wilson Filho (PTB/PB), presidente da CFFC.

“Nós temos que usar o poder de fiscalização da CFFC envolvendo qualquer verba federal e unir aos dados que somente o TCU tem acesso. A Comissão será uma grande parceira do TCU na promoção da boa utilização do dinheiro público”, avaliou Wilson Filho, que também pontuou a relação de diálogo como um dos destaques inovadores da gestão do ministro-presidente Raimundo Carreiro, no cargo desde meados de 2016.



ministro José Múcio Monteiro, ministro Weder de Oliveira, deputado Nelson Marquzezelli, Raimundo Carreiro (ministro-presidente do TCU), deputado Wilson Filho (Presidente da CFFC), Deputado Lindomar Garçon e o ministro Marcos Bemquerer



EMENDAS AO ORÇAMENTO



Emendas favorecem órgãos essenciais



Cada Comissão Permanente tem a prerrogativa de apresentar até quatro emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. Para o orçamento de 2017, a CFFC apresentou propostas para incrementar o orçamento dos seguintes órgãos: Marinha do Brasil; Advocacia-Geral da União; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; e Secretaria da Receita Federal.

A emenda 50310001 destinou recursos para o Projeto de Modernização do Sistema de Acompanhamento do Plano Diretor (SIPLAD) e demais sistemas de controle da Marinha do Brasil. São ainda destinados recursos a outros sistemas corporativos da Marinha: o Sistema de Acompanhamento Financeiro (SAFIN), Sistema de Gestão Patrimonial (SISMAT), o Sistema de Gestão dos Recursos de Alimentação na Marinha (QUAESTOR) e o Sistema de Pagamento da Marinha (SISPAG).

Em benefício da AGU, a emenda 50310002 foi direcionada para o desenvolvimento e implantação do sistema SAPIENS, que viabiliza a produção de peças jurídicas e a atuação eletrônica junto aos Tribunais. Este sistema está sendo desenvolvido devido ao rápido processo de informatização do Poder Judiciário, com a obrigatoriedade de atuação por meio eletrônico em substituição aos documen-

tos em papel, exigindo da AGU uma reestruturação na sua forma de atuação.

Já a emenda 50310003 destinou-se ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, com objetivos de promoção da Pesquisa, desenvolvimento e inovação em Tecnologias Digitais, componentes e dispositivos eletrônicos, e gestão das obrigações de contrapartida relacionadas a incentivos fiscais. Com essa emenda busca-se ainda melhorar e promover o desenvolvimento e implementação de soluções de governo, ações estruturadas no barramento de controle financeiro, educação, saúde e inteligência, portais públicos e ambientes favoráveis ao empreendedorismo.

Por fim, a emenda 50310004, destinada à Secretaria da Receita Federal, reforça as atividades de arrecadação tributária e aduaneira.

Além das emendas à LOA, a comissão apresentou, em 06/07/2017, duas emendas à LDO. A primeira para a adequação de trecho rodoviário da BR-230, entre os municípios de Campina Grande e Cajazeiras, no estado da Paraíba. A segunda emenda foi destinada ao TCU, para reforço da atividade de controle externo.



SUBCOMISSÕES



SUBCOMISSÕES

CFFC

Em 2017 foram instaladas 2 Subcomissões Permanentes e 3 Subcomissões Especiais no âmbito da CFFC para melhor analisar e discutir sobre situações específicas do campo temático da comissão. São elas:

SUBPROFE

Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Fiscalização de Programas Federais.

SUBPF

Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Operações da Polícia Federal, alusivas ao Sistema Tributário Nacional.

SUBTEBAN

Subcomissão Especial de Telecomunicações para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia fixa, móvel, banda larga e afins.

SUBFNDE

Subcomissão Especial para Acompanhamento e Fiscalização dos Recursos Públicos Federais aplicados por Estados e Municípios no âmbito do PAR e PAC.

Eleitos para Presidente, o Deputado Zeca Cavalcanti, para Vice-Presidente o Deputado Wilson Filho e indicado o deputado João Arruda como Relator.

SUBCOSAU

Subcomissão Especial para Acompanhamento e Fiscalização dos contratos do Ministério da Saúde.

Eleitos para Presidente, o Deputado Nilton Capixaba, para Vice-Presidente o Deputado Hugo Motta e indicado o deputado Wilson filho como Relator.



CFFC - NÚMEROS E GESTÃO



Número de reuniões deliberativas e de exame de propostas de fiscalização cresce

No ano de 2017, a comissão recuperou seu ritmo produtivo, principalmente com a realização de diversas audiências, aumentando bastante a média de encontros com Ministros de Estado, em comparação com anos anteriores, conforme já observado neste relatório. A comissão ainda deliberou sobre 41 Propostas de Fiscalização e Controle, número superior ao realizado nos quatro anos anteriores e com um aumento de mais de 70% em relação à sessão legislativa de 2016.

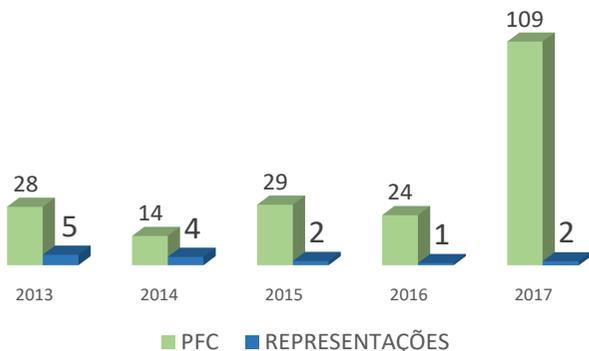
Ainda em comparação ao ano anterior, cabe destacar que a comissão realizou 27 reuniões deliberativas e 32 reuniões de audiências públicas, núme-

ros que superam em 68,75% e 220% ao praticado em 2016. O quadro comparativo do período 2013-2017 quanto à apreciação de proposições e realização de reuniões pode ser visto adiante.

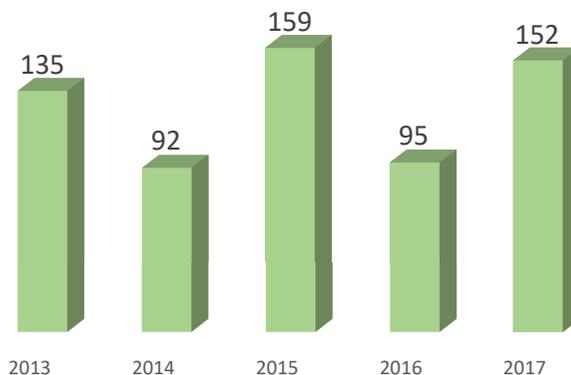
A CFCC ainda inovou, realizando a primeira visita técnica de intercâmbio internacional da história da comissão (Controladoria do Reino Unido), tendo ainda mais duas visitas desta categoria aprovadas por seus membros. Foram também reinstaladas as três subcomissões criadas em 2016, além de criadas mais duas novas subcomissões e dois grupos de trabalho.

Propostas de fiscalização e controle, representações e requerimentos deliberados – 2013 a 2017

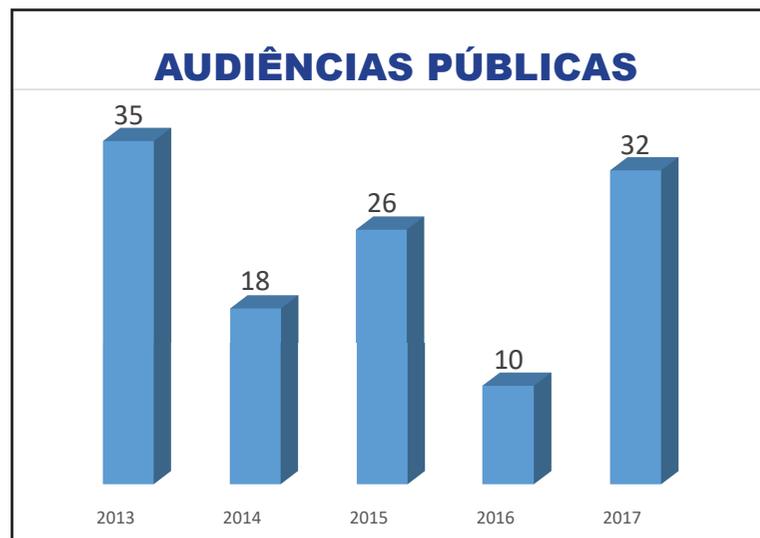
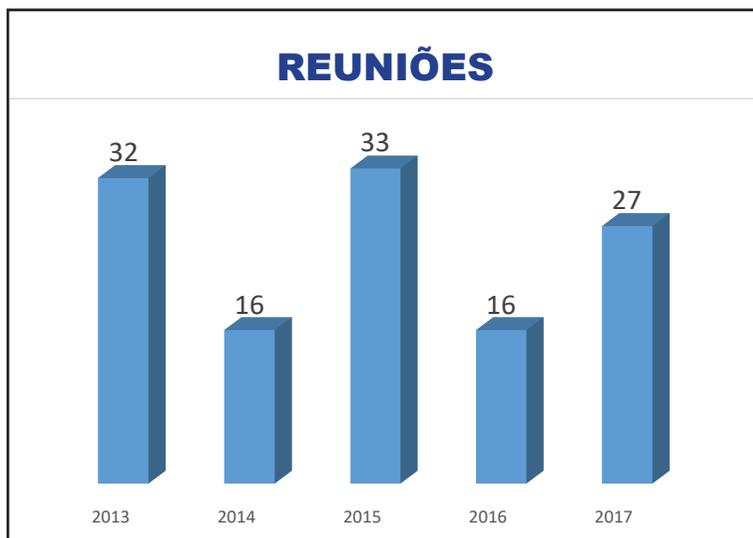
PFCS E REPRESENTAÇÕES



REQUERIMENTOS



Quantidade de reuniões deliberativas e audiências públicas nos últimos cinco anos



Veja os números da CFCC em 2017 quanto à apreciação de proposições

Proposta de Fiscalização Financeira e Controle			
Relatório Prévio		Relatório Final	Total
Implementação	Não Implementação		
13	15	13	109

Requerimentos		
Aprovados	Rejeitados	Total
149	3	152

Movimento Financeiro em 2017

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle um orçamento a disposição para gastos com seus trabalhos no valor de R\$ 110.000,00. Deste total, a CFFC efetivamente executou despesas na R\$ 73.117,04, restando um saldo de R\$ 36.882,96. As despesas totais foram executadas em diversas rubricas, conforme os demonstrativos a seguir:

DESPESA	R\$	%
Adicional Embarque/Desembarque	1.762,00	2,40
Diárias	4.713,78	6,45
Hospedagem	1.939,28	2,66
Outros Serviços e Despesas	19.885,20	27,20
Passagens Aéreas	44.816,78	61,29
TOTAL	73.117,04	

OUTROS SERVIÇOS E DESPESAS	R\$	%
Alimentação (Café da Manhã)	4.372,22	21,98
Material Gráfico	3.524,55	17,72
Relatório Final 2016	3.415,71	17,18
Separatas	7.572,72	38,08
Tradução Simultânea	1.000,00	5,03
TOTAL	19.885,20	

Mapeamento de Processos

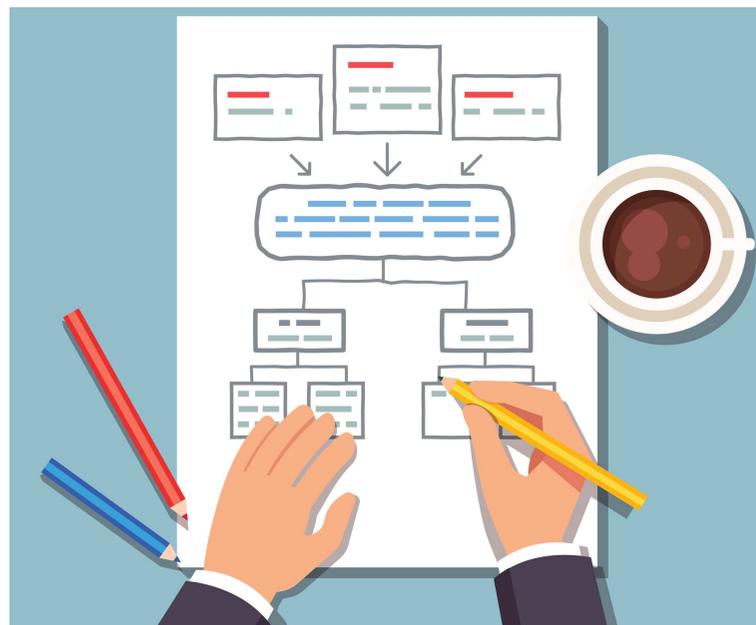
O Departamento de Comissões (DECOM), juntamente com a Diretoria Legislativa (DILEG), realizou um procedimento de mapeamento de processos de trabalho das Comissões. Esses processos compreendem quatro grupos: Processo Legislativo; Secretaria; Eventos e Processos Específicos (entre os quais se inclui a tramitação de Propostas de Fiscalização e Controle).

Além de buscar especificidades de cada Comissão, o mapeamento tem objetivo de garantir a continuidade destes processos no longo prazo, bem como subsidiar a construção de um novo sistema de administração do processo legislativo – que atualmente funciona pela plataforma SILEG –, uniformizando procedimentos.

As tarefas realizadas na rotina da CFFC foram descritas com uso de ferramentas como fluxogramas e tabelas, identificando os agentes responsáveis por cada ação, os documentos gerados, a descrição da finalidade dos procedimentos, e as normas (Resoluções, dispositivos legais no Regimento Interno, Atos da Mesa, etc.) que regulam cada fase do processo.

A equipe que participou do mapeamento dos processos na CFFC contou ainda com o apoio de outros servidores do DECOM e realizou trabalhos em parceria com

a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Colaboraram também servidores das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), e de Educação (CE), órgãos que já possuíam processos mapeados previamente à iniciativa do departamento.



EQUIPE DA CFFC

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Roberto Rondon Correa

CHEFE DE SERVIÇO

Jayme Antonio De Souza Junior

SERVIDORES

Denise Nascimento

Denis Urazato Pereira

Maria Do Carmo Menezes De Lucena

Nayara Guedes De Sousa

Gabriel Matos De Souza Tenser

Ricardo Fernandes Paixão

Rodrigo Henrique Alves de Sousa

Silverio Aureliano De Mello Rios

Ziziane César De França E Silva

ESTAGIARIO

Daniel Gomes Lima

PRÓ-ADOLESCENTES

Gabriele

Barbara Alves Domingos

DIAGRAMAÇÃO

Rodrigo Henrique Alves de Sousa

FOTOGRAFIAS

Serviço Fotográfico da Câmara dos Deputados e arquivo da CFFC



Comissão de
Fiscalização Financeira
e Controle



CÂMARA DOS
DEPUTADOS